



Mais do que Eleições

**COMO
AS DEMOCRACIAS
TRANSFEREM
PODER**



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / JANEIRO DE 2010

VOLUME 15 / NÚMERO 1

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>

Programas de Informações Internacionais:

Coordenador	Daniel Sreebny
Editor executivo	Jonathan Margolis
Diretor de criação	Michael Jay Friedman

Editor-chefe	Richard W. Huckaby
Editora-gerente	Lea Terhune
Gerente de Produção/ produtora Web	Janine Perry
Designer	Chloe D. Ellis

Editora de cópias	Jeanne Holden
Editora de fotografia	Maggie Johnson Sliker
Projeto da capa	Min Yao
Especialista em referências	Anita Green

Revisora do português	Marília Araújo
-----------------------	----------------

Capa: AP Images/Jupiter Images

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica uma revista eletrônica mensal com o logo *eJournal USA*. Essas revistas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas edições também são publicadas em árabe, chinês e persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas em <http://www.america.gov/publications/ejournals.html>. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBJ
U.S. Department of State
2200 C Street, NW
Washington, DC 20522-0501
USA

E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição



© AP Images

O presidente eleito John F. Kennedy (à esquerda) cumprimenta o vice-presidente Richard M. Nixon depois de uma coletiva de imprensa conjunta em Miami, Flórida, em 14 de novembro de 1960, seis dias depois de Kennedy ter derrotado Nixon por estreita margem

A eleição presidencial de 1960 está entre as mais disputadas da história americana. A disputa foi tão apertada que os partidários do vice-presidente Richard M. Nixon o conclamaram a contestar os resultados. Nixon recusou-se. “Mesmo que viéssemos a ganhar no final”, explicou, “o custo na opinião mundial e as consequências na democracia no sentido mais amplo seriam prejudiciais”.

Nixon, ao contrário, desempenhou suas funções como vice-presidente e comunicou oficialmente ao Senado a eleição de John F. Kennedy. “Esta é a primeira vez em cem anos”, abriu seu discurso,

que um candidato à Presidência anuncia o resultado de uma eleição em que foi derrotado e anuncia a vitória de seu adversário. Acredito que não poderíamos ter um exemplo mais expressivo da estabilidade do nosso sistema constitucional e da tradição do povo americano, da qual nos orgulhamos, de desenvolver, respeitar e honrar as instituições que se autogovernam.

Em nossas campanhas, não importa o quanto acirradas foram, não importa o quanto apertada foi a eleição, aqueles que perdem aceitam o veredicto e apoiam os que vencem.

Os críticos de Nixon viram em suas palavras o pontapé inicial de uma futura campanha. Por que esse cordial reconhecimento da derrota pode ser visto como perspicácia política é o tema desta *eJournal USA*.

Este mês exploramos como as democracias transferem poder de acordo com a vontade do povo, expressa por meio de eleições livres e justas. Nas duas décadas desde o fim da Guerra Fria, muitas nações realizaram eleições, mas nem todas são democracias genuínas. Às vezes as eleições são manipuladas, os candidatos à reeleição desfrutam de vantagens injustas ou — com apoio militar — alteram os resultados. Mas em democracias saudáveis, como Nixon e seus críticos entenderam, os cidadãos esperam que as eleições sejam justas e insistem para que os resultados sejam respeitados, começando com uma transição pacífica de poder de um líder para o próximo.

Nossos colaboradores vinculam transições pacíficas a uma sociedade civil vibrante. As organizações civis e sociais voluntárias, argumentam, envolvem e informam os cidadãos, e infundem uma expectativa compartilhada de que a democracia é legítima e ações antidemocráticas, não. Os ensaios aqui reunidos exploram as transições de poder nos Estados Unidos e em outras nações. Também examinamos um desenvolvimento do século 21: como as novas tecnologias de mídia social podem fortalecer a sociedade civil e assim reforçar a democracia.

Vários colaboradores mostram que as democracias são estáveis porque os que perdem as eleições sabem que nenhuma vitória é permanente, que os vencedores não podem mudar as regras de futuras disputas e que os perdedores podem concorrer e ganhar numa próxima vez. Entre esses competidores estava Richard M. Nixon, eleito em 1968 o 37º presidente dos Estados Unidos.

— Os editores



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / JANEIRO DE 2010 / VOLUME 15 / NÚMERO 1
<http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>

Mais do que Eleições: Como as Democracias Transferem Poder

PREPARANDO O TERRENO

4 Mais do que Eleições

ERIC BJORN LUND, COFUNDADOR E DIRETOR DA DEMOCRACY INTERNATIONAL, INC.

As eleições são apenas o ponto de partida em uma democracia saudável: o verdadeiro teste é um governo estável que protege os direitos das minorias, o Estado de Direito e a liberdade de expressão e promove uma sociedade civil forte.

8 Ingredientes de uma Democracia Resiliente

VALERIE BUNCE, PROFESSOR DE GOVERNO E CHEFE DA CÁTEDRA AARON BINENKORB DE ESTUDOS INTERNACIONAIS, UNIVERSIDADE DE CORNELL
Em uma democracia saudável, as eleições mantêm os governos responsáveis perante os governados e garantem estabilidade.

10 O Impacto Duradouro da Mídia Digital na Sociedade Civil

PHILIP N. HOWARD, PROFESSOR-ASSOCIADO, DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES, UNIVERSIDADE DE WASHINGTON, SEATTLE, WASHINGTON

Cidadãos individualmente e grupos da sociedade civil empregam a mídia digital e as ferramentas das redes de relacionamento para se comunicar rápida, verbal e visualmente — às vezes para mobilização política e dissidência.

13 Retórica da Derrota na Democracia

PAUL CORCORAN, PROFESSOR-ASSOCIADO DE CIÊNCIA POLÍTICA, UNIVERSIDADE DE ADELAIDE, AUSTRÁLIA

Discursos de reconhecimento da derrota, em especial após eleições acirradas, reforçam a estabilidade do governo ao reconciliar os cidadãos com os resultados da eleição.

16 Sociedade Civil, Democracia e Eleições

BRUCE GILLEY, PROFESSOR-ASSISTENTE DE CIÊNCIA POLÍTICA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PORTLAND, PORTLAND, OREGON

Sociedades civis fortes responsabilizam os ocupantes de cargos eletivos pela boa governança e cultivam as condições políticas nas quais a democracia pode prosperar.

19 Transição Presidencial Americana 2008-2009: Cooperação Bem-Sucedida

MARTHA JOYNT KUMAR, PROFESSORA DE CIÊNCIA POLÍTICA, UNIVERSIDADE DE TOWNSON, TOWNSON, MARYLAND, E DIRETORA DO PROJETO TRANSIÇÃO NA CASA BRANCA

A transição tranquila de um governo para outro requer longos meses de trabalho e cooperação prévios pelo presidente que sai e pelo que entra.

TRANSFERÊNCIA DO PODER

22 **GALERIA DE FOTOS: Implementando a Vontade do Povo**

27 **De Herbert Hoover a Franklin D. Roosevelt: Transição em Tempos de Crise**

DONALD A. RITCHIE, HISTORIADOR DO SENADO DOS ESTADOS UNIDOS

A transição do presidente republicano Herbert Hoover para o democrata Franklin D. Roosevelt durante a Grande Depressão ocorreu durante um período de grande estresse econômico e político, mas, mesmo assim, foi pacífica.

29 **Como uma Eleição Parcialmente Livre Mudou a Polônia**

ANNA HUSARSKA, TRADUTORA, JORNALISTA E TRABALHADORA HUMANITÁRIA

Relato pessoal da eleição de 1989 na Polônia e de como o movimento Solidariedade e outros grupos da sociedade civil ajudaram a estabelecer a democracia polonesa.

31 **De Governo Autoritário a Membro da União Europeia: Romênia e Moldávia**

GRIGORE POP-ÉLECHES, PROFESSOR-ASSISTENTE DE POLÍTICA E ASSUNTOS PÚBLICOS E INTERNACIONAIS, UNIVERSIDADE DE PRINCETON

Dois ex-Estados do bloco comunista seguiram caminhos diferentes em direção à democracia. A sociedade civil desempenhou um papel tanto na Romênia, hoje membro da União Europeia, quanto da Moldávia, que aspira a ser membro.

34 **“Outono Sérvio” Atrasado: Uma Lição na Construção Violenta da Democracia**

ZORAN CIRJAKOVIC, JORNALISTA E PALESTRANTE

Às vezes organizações da sociedade civil são menos eficazes do que negociadores políticos sazonais para alcançar um resultado democrático.

36 **Recursos Adicionais**

Mais do que Eleições

Eric Bjornlund



© Themba Hadebe/AP Images

Do lado de fora do Parlamento Pan-Africano na África do Sul, zimbabuano partidário do Movimento pela Mudança Democrática, partido de oposição, exige que o Parlamento pressione o presidente Robert Mugabe a realizar reformas democráticas no vizinho Zimbábue

Advogado e especialista em desenvolvimento, com duas décadas de experiência internacional, Eric Bjornlund foi um dos fundadores, além de ser o atual dirigente, da Democracy International, Inc., organização que projeta, implementa e avalia programas de democracia e governança. É especialista em eleições, processos políticos, sociedade civil e métodos analíticos. É autor de Beyond Free and Fair: Monitoring Elections and Building Democracy [Mais do que Livres e Imparciais: Monitoramento de Eleições e Construção da Democracia] (2004).

Em uma democracia saudável, as eleições são o ponto de partida para um governo estável que protege os direitos da minoria, garante a liberdade de expressão, respeita o Estado de Direito e promove uma sociedade civil forte.

Eleições democráticas são amplamente reconhecidas como a base de um governo legítimo. Ao permitir aos cidadãos escolher o modo como são governados, as eleições constituem o ponto de partida para todas as outras instituições e práticas democráticas. A verdadeira democracia, contudo, exige muito mais. Além de eleições, a democracia exige limites constitucionais do poder governamental, garantias dos direitos básicos, tolerância com as minorias religiosas ou étnicas e representação de diversos pontos de vista, entre outras coisas. Para construir uma democracia autêntica, as sociedades devem promover a cultura democrática e o Estado de Direito, que regulam o comportamento entre as eleições e inibem aqueles que possam querer solapar os processos eleitorais. Como secretária de Estado, Hillary Clinton declarou recentemente na Universidade de Georgetown: “Democracia significa não apenas eleições para escolher líderes, mas também cidadãos

ativos, imprensa livre, Judiciário independente e transparente e instituições responsáveis que prestem contas a todos os cidadãos e protejam seus direitos de forma equitativa e justa. Nas democracias, o respeito aos direitos não é uma escolha que os líderes fazem a cada dia; é o motivo pelo qual governam.” (Washington, DC , 14 de dezembro de 2009)

Transições políticas tranquilas após as eleições são essenciais. Em uma democracia saudável, os candidatos que perdem as eleições renunciam ao poder de maneira pacífica e civilizada. Assim, os candidatos derrotados podem ressurgir com sua dignidade intacta e, por meio de seu exemplo, contribuir para a força das tradições, das práticas e dos costumes democráticos de seu país. Do mesmo modo, estendendo a mão e mostrando respeito aos seus adversários políticos, os candidatos vencedores ajudam a diminuir as diferenças e minimizar o potencial de conflito que pode solapar a democracia e o desenvolvimento.

Em uma verdadeira democracia, o Estado de Direito, as instituições políticas democráticas e as organizações independentes da sociedade civil ajudam a garantir o respeito pelos resultados eleitorais. Essas instituições e esses valores, por sua vez, reforçam a fé das pessoas no governo e sua disposição de apoiar transições políticas pacíficas.

○ ESTADO DE DIREITO

A democracia exige respeito pelo Estado de Direito, que sobrevive independentemente dos resultados das eleições. O Conselho de Segurança das Nações Unidas define Estado de Direito como quando “todas as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, incluindo o próprio Estado, cumprem as leis promulgadas oficialmente, aplicadas com igualdade e imparcialidade e compatíveis com os padrões e as normas internacionais de direitos humanos”.

O Estado de Direito engloba legitimidade, equidade, eficácia e separação e equilíbrio de poderes. Legitimidade significa que, por consenso social geral, as leis são promulgadas em um processo aberto e democrático. Equidade significa aplicação equitativa da lei, imparcialidade processual, proteção das liberdades civis e acesso razoável à Justiça. A eficácia refere-se à aplicação constante e ao cumprimento das leis.

Leis aplicadas imparcialmente que protegem todos os cidadãos ajudam a estabilizar a legitimidade do Estado democrático. Como em uma democracia saudável essas leis merecem o respeito e a lealdade da população, os cidadãos aceitam resultados eleitorais decepcionantes. É mais estável a nação em que as leis são implementadas com justiça e as disputas são resolvidas com imparcialidade. Leis injustas ou discriminatórias, por outro lado, minam o respeito

público. Caso sejam extremamente ruins, essas leis correm o risco de ser desobedecidas pela população ou até mesmo de causar revolta e criar um clima menos tolerante com resultados eleitorais insatisfatórios. É por isso que o ex-presidente americano Dwight D. Eisenhower observou que “o modo mais evidente de mostrar o que significa o Estado de Direito para nós na vida diária é lembrar o que acontece quando não há Estado de Direito”.

O Estado de Direito implica respeito pelos direitos civis e pelas normas processuais fundamentais, o que deve transcender o resultado de qualquer eleição. Em uma democracia, os resultados eleitorais não podem afetar a proteção da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa ou da independência do Judiciário. Os novos líderes, independentemente da duração de seu mandato eleitoral, não devem questionar essas normas nem ameaçar os direitos de nenhum cidadão, mesmo daqueles que apoiaram um candidato perdedor.

Em consequência, o respeito pelo Estado de Direito incentiva transições eleitorais pacíficas. Um candidato derrotado que se recusa a aceitar os resultados da eleição simplesmente se encontrará sem apoio; em vez disso, os cidadãos o verão como uma pessoa desajustada, com toda a probabilidade um contraventor e definitivamente uma ameaça à cultura cívica comum. Além disso, os cidadãos estão menos dispostos a aderir a rebeliões ou apoiar candidatos que se recusam a aceitar os resultados eleitorais em um país onde os processos legais são respeitados e o Estado é considerado legítimo.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Instituições políticas e eleitorais bem desenvolvidas, da mesma forma, aumentam a possibilidade de transições eleitorais pacíficas. As instituições dão à democracia a resiliência necessária para resistir a conflitos potenciais após eleições controversas ou contestadas. Em vez de levar seu descontentamento para as ruas, os candidatos derrotados ou grupos de oposição podem questionar os resultados eleitorais ou a imparcialidade dos procedimentos eleitorais mediante mecanismos institucionais, como comissões de reclamações ou tribunais de recursos. A grande expectativa de que essas instituições decidirão as disputas de modo justo aumenta a possibilidade de transição democrática e pacífica e reduz a probabilidade de conflito como meio de contestação dos resultados eleitorais.

Instituições eleitorais fortes e eficazes melhoram a credibilidade do processo eleitoral e reforçam a expectativa pública de que os resultados das eleições serão respeitados. Elas dão aos candidatos derrotados a garantia de que o



© Karel Prinsloo/AP Images

Membro da Comissão Eleitoral Nacional de Ruanda em local de votação em Kigali, em agosto de 2003, em meio aos preparativos para as eleições do dia seguinte

SOCIEDADE CIVIL

Assim como as instituições políticas e o Estado de Direito, uma sociedade civil forte — respaldada por uma imprensa livre — aumenta a legitimidade das práticas democráticas e reforça as expectativas de que vencedores e perdedores das eleições respeitarão “as regras do jogo”. As organizações da sociedade civil podem funcionar como controladoras do poder governamental e frear os perdedores das eleições tentados a frustrar o processo democrático.

Organizações não governamentais genuinamente

independentes e altamente representativas e outras instituições da sociedade civil ajudam a garantir que candidatos e ocupantes de cargos eletivos respeitem os resultados eleitorais e os processos democráticos. Podem facilitar o importante diálogo entre os cidadãos e seu governo e fornecer as informações necessárias aos governos democráticos e representativos. Mediante a articulação de questões e interesses da sociedade, grupos de defensores de causas específicas contribuem para a transparência e a prestação de contas. Ao exercer pressão sobre o governo para que cumpra suas promessas de campanha, eles melhoram a agilidade governamental. As organizações da sociedade civil podem moldar o comportamento do governo e ajudar a definir as expectativas do povo sobre como seu governo agirá.

A internet e as tecnologias de mídia social fornecem aos grupos da sociedade civil novas plataformas para se organizar, trocar informações e exigir maior transparência e responsabilidade do governo. O uso de blogues, o envio de mensagens de texto, as redes de relacionamento on-line e outras ferramentas da web permitem que grupos da sociedade civil ampliem seu público, aumentem rapidamente o número de membros e potencializem o apoio internacional a causas locais ou nacionais. Durante a controvérsia após as eleições no Irã, por exemplo, a plataforma de criação de microblogues Twitter permitiu que os iranianos questionassem os resultados eleitorais e informassem ao mundo sobre o desenrolar dos eventos políticos.

mandato do candidato vitorioso é por tempo limitado e haverá oportunidade de concorrer novamente.

Instituições políticas que restringem ou controlam o poder governamental também contribuem para a estabilidade. Isso é especialmente importante em democracias novas e em desenvolvimento, onde os resultados eleitorais podem produzir um clima político incerto ou momentos de crise. Se um líder político se recusa a aceitar os resultados das eleições, é crucial a existência de um Judiciário independente e forte, capaz de resistir a essa insubmissão. Quando um candidato à reeleição é derrotado, ajuda muito se a burocracia governamental não depender de líderes políticos para apoiar ou manter seus membros. Assim, os servidores públicos civis terão menos incentivo para apoiar qualquer iniciativa de um líder derrotado de rejeitar o processo democrático. Instituições políticas estabelecidas canalizam a discordância e criam incentivos para líderes, legisladores e burocratas governarem democraticamente.

A governança efetiva — incluindo prestação de contas do poder público, agilidade nas respostas, transparência e eficiência — ajuda a construir legitimidade política para a democracia. Segundo declarações do presidente Barack Obama ao Parlamento de Gana, “no século 21, instituições capazes, confiáveis e transparentes são a chave para o sucesso — parlamentos fortes e forças policiais honestas, juízes e jornalistas independentes, setor privado e sociedade civil vibrantes”. (Acra, Gana, 11 de julho de 2009)



© Srdjan Ilic/AP Images

Em 24 de outubro de 2000, em Belgrado, ministros do novo governo sérvio de transição leem seus juramentos durante sessão do Parlamento. Seguidores do novo presidente, Vojislav Kostunica, concordaram em compartilhar o poder com o Partido Socialista de Slobodan Milosevic até as novas eleições naquele dezembro

A secretária de Estado, Hillary Clinton, vinculou essas organizações e redes à responsabilidade e à agilidade governamentais. A sociedade civil, diz ela, “pressiona as instituições políticas a serem ágeis e responder prontamente ao povo a que servem”. (Marrocos, 3 de novembro de 2009) As organizações da sociedade civil ajudam os cidadãos a desenvolver novos modos de exigir prestação de contas e transparência do governo e incentivam o governo a manter normas e princípios democráticos.

RESPEITO E MEDIDAS ALÉM DAS ELEIÇÕES

A democracia cria certas expectativas e percepções na população, incluindo o respeito pelo Estado de Direito e pelos resultados das eleições. Isso exige respeito por valores que vão além das eleições. Em seu pronunciamento no Cairo, o presidente Obama enfatizou estas verdades fundamentais:

Não importa onde seja, o governo do povo e pelo povo determina um padrão único para todos aqueles que detêm o poder: é preciso manter o poder por meio de consentimento, não de coerção; é preciso respeitar os direitos

das minorias e participar com espírito de tolerância e compromisso; é preciso colocar os interesses de seu povo e os trabalhos legítimos do processo político acima de seu partido. Sem esses ingredientes, só eleições não fazem uma democracia de verdade. (Universidade do Cairo, Cairo, Egito, 4 de junho de 2009)

A soma de respeito pelo Estado de Direito, instituições políticas bem desenvolvidas e forte engajamento da sociedade civil reforça as expectativas e a possibilidade de transições políticas pacíficas. Os Estados cujas instituições representam interesses diversos canalizam as demandas públicas, facilitam o discurso político e implementam as leis com eficiência e imparcialidade têm maior probabilidade de impor respeito. Nessas nações, a possibilidade de realizar mudanças por meios pacíficos desencoraja os desafios extraconstitucionais aos resultados eleitorais e ajuda a garantir que as eleições sejam o primeiro passo para uma governança democrática mais ampla. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Ingredientes de uma Democracia Resiliente

Valerie Bunce



© Alexander Zemlianichenko/AP Images

Ucranianos aplaudem o líder da oposição Viktor Yushchenko durante comício em 2004, em Kiev. Dezenas de milhares protestaram contra fraudes nas eleições e intimidação dos eleitores. A "Revolução Laranja" forçou a anulação dos resultados das eleições. Seguiu-se um segundo turno com uma eleição livre e justa

Valerie Bunce, professora de Governo e chefe da Cátedra Aaron Binenkorb de Estudos Internacionais da Universidade de Cornell, é especialista em democracia e governo autoritário na Europa e na Eurásia pós-comunistas. É coeditora de Democracy and Authoritarianism in the Postcommunist World [Democracia e Autoritarismo no Mundo Pós-Comunista] (2009).

Em uma democracia saudável, as eleições mantêm os governos responsáveis perante os governados e facilitam transferências pacíficas de poder.

Eleições democráticas exigem mais do que votar e contar os votos. Em uma democracia saudável, as eleições mantêm os governos responsáveis perante os governados. Isso acontece quando:

- Os cidadãos são livres para escolher seus representantes políticos.
- Os cidadãos podem escolher entre candidatos que buscam seu apoio.
- Os governantes precisam ser reeleitos para conservar seus cargos após um intervalo específico. Eles enfrentam veredictos eleitorais periódicos sobre seu desempenho e arriscam perder o poder nas urnas.

Eleições competitivas promovem incerteza entre aspirantes políticos, estimulando assim sua capacidade de resposta aos cidadãos.

As eleições geram responsabilidade somente quando são realizadas com regularidade e quando são livres e justas. Em muitas novas democracias da África Subsaariana e da Eurásia pós-comunista, a competição eleitoral não garantiu a responsabilidade dos governantes. Algumas vezes, isso se dá devido a procedimentos eleitorais irregulares, que não são transparentes e não estão em total conformidade com as diretrizes constitucionais. Em algumas nações, os ocupantes dos cargos dominam o jogo político distribuindo favores a simpatizantes estabelecidos e em potencial ou constroem oposições “falsas” que hostilizam a oposição “real”. Além disso, regimes aparentemente democráticos podem prolongar sua permanência no poder ao controlar o registro de eleitores, o comparecimento às urnas e a tabulação dos votos.

A lacuna entre a prática democrática verdadeira e a simulação diminui quando os partidos e os candidatos de oposição realizam campanhas vigorosas. Isso mobiliza os cidadãos e grupos da sociedade civil, que por sua vez se organizam para registrar eleitores, obter votos e monitorar as eleições. Foi precisamente isso que aconteceu nas eleições cruciais realizadas na Eslováquia em 1998, na Croácia e na Sérvia em 2000, na Geórgia em 2003 e na Ucrânia em 2004. Em todos esses casos, os cidadãos empregaram métodos democráticos, incluindo voto e protestos, para forçar governantes autoritários ou seus sucessores protegidos a admitir a derrota.

As transições desafiam qualquer sistema político. Democracias saudáveis lidam com o dilema de forma fácil e pacífica. Eleições limpas e transições pacíficas demonstram que os vencidos de hoje podem ser os vencedores de amanhã, e vice-versa. Os vencedores e seus partidários devem permanecer sensíveis às opiniões de seus rivais, com vistas ao próximo ciclo de eleições.

Os vencidos e seus defensores podem ter como foco as possibilidades presentes e futuras em vez de ressentimentos passados. Confiantes de que as regras poderão trabalhar para eles na próxima vez, eles aceitam mais facilmente a ordem política existente e são menos propensos a provocar a queda violenta de um governo democrático.

Toda transição para uma nova liderança implica em mudança e, conseqüentemente, em um desafio à estabilidade política. As democracias minimizam esse desafio ao realizar eleições periódicas e competitivas que geram oportunidades genuínas para o surgimento de novos líderes e por meio de transferências de poder transparentes, que ajudam os vencedores e os derrotados a aceitar sua sorte. Contudo, as democracias diferem no modo em que pesam os benefícios da estabilidade em comparação com a necessidade de dinamismo e mudança política e mesmo com o desejo dos eleitores de eleger o mesmo candidato inúmeras vezes. Por exemplo, nos Estados Unidos, na Rússia, na Armênia e em mais de 30 países da África Subsaariana, existem limites constitucionais sobre a duração dos mandatos. Esses limites protegem contra a autocracia ao evitar que qualquer indivíduo governe por muito tempo, mas também privam os cidadãos da oportunidade de votar em um candidato em final de mandato.

Assim sendo, as eleições se prestam a duas funções vitais em uma ordem democrática. Elas mantêm o governo responsável perante os governados e facilitam transferências pacíficas de poder político. Esses dois efeitos, por sua vez, legitimam a democracia. Cidadãos de uma democracia saudável consideram o governo representativo como o “único caminho” para a condução da política. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O Impacto Duradouro da Mídia Digital na Sociedade Civil

Philip N. Howard



© AP Images

Junho de 2009: câmeras de telefone celular documentam protestos de manifestantes contra os resultados das eleições em Teerã, no Irã

Philip N. Howard é professor-associado do Departamento de Comunicação e professor afiliado da Escola Jackson de Estudos Internacionais na Universidade de Washington, em Seattle, Washington. É autor de New Media Campaigns and the Managed Citizen [Campanhas na Nova Mídia e o Cidadão Controlado] (2006) e The Digital Origins of Dictatorship and Democracy [As Origens Digitais da Ditadura e da Democracia], a ser publicado em 2010 pela Oxford University Press.

A mídia digital e as redes de relacionamento fornecem ferramentas de comunicação e mobilização aos cidadãos e às instituições da sociedade civil. São a arena onde as pessoas podem dar opiniões e expressar divergências, reforçando assim as tendências para a democracia política.

As novas tecnologias de informação estão reformulando profundamente a cultura política. A sociedade civil do século 21 depende da internet e de outros dispositivos de comunicação para usar como infraestrutura e como um “porto seguro” digital onde as conversas cívicas possam ser incubadas. Isso vale especialmente para os países onde as mídias impressa e falada sofrem rígida censura. Em poucas palavras, a tecnologia deu autonomia a novos e indispensáveis meios de comunicação política e habituou os cidadãos à ação e ao pensamento democráticos.

A sociedade civil costuma ser definida como uma comunidade — criada e sustentada por si própria — de pessoas que compartilham valores básicos e organizam

atividades políticas, econômicas ou culturais de forma voluntária, independente do Estado. É formada por grupos de todos os tamanhos, da Anistia Internacional às ligas de boliche de bairros americanos e às comunidades on-line em todo o mundo.

Os grupos cívicos adquirem importância especial durante a época de eleições, porque representam perspectivas diversas e as disseminam amplamente através dos meios de comunicação. O leque de opiniões expressas assegura aos cidadãos que, na democracia, nenhum grupo pode julgar-se com o direito de representar toda a sociedade. Pelo contrário, a variedade de grupos contribui para a definição das metas nacionais e ajuda a dar forma às políticas.

CRIANDO COMUNIDADES VIRTUAIS

Os grupos da sociedade civil usam a internet como ferramenta logística para fins de organização e comunicação. A web lhes proporciona uma infraestrutura de informação independente do Estado, na qual os movimentos sociais podem crescer. Por exemplo, cidadãos tunisianos que monitoravam a corrupção do Estado em seu país organizaram-se para criar e divulgar, no YouTube, vídeos da esposa do presidente da Tunísia usando o avião oficial da Presidência para fazer compras em Milão e Paris. Assim, a internet alterou a dinâmica de comunicação política em muitos países. Nela, o ciberespaço é o fórum onde a sociedade civil desafia o Estado. Em algumas nações, é onde o secularismo e o islamismo competem; em outras, é o fórum para disputas políticas de toda espécie.

Após uma eleição, as comunidades virtuais que conseguem criar raízes são quase sempre independentes do controle do Estado, embora possam ser monitoradas e, algumas vezes, manipuladas por ele. Ainda que as elites políticas realmente iniciem algumas comunidades virtuais na tentativa de controlar as conversas on-line, em geral elas são malsucedidas. Em países como Austrália, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, esses movimentos são às vezes chamados de “Astroturf¹”. São artificiais, raramente se estabelecem e em geral não duram muito além do dia da votação.

O que dura mesmo são os laços mais genuínos criados entre os grupos cívicos de uma nação, bem como entre organizações não governamentais internacionais e associações nacionais com ideais semelhantes. Essas comunidades virtuais são particularmente importantes em países onde o Estado e as elites sociais controlam

as comunidades off-line com rigor. Nas nações que restringem a oposição política aberta, o ciberespaço surge como um fórum alternativo. Até as salas de bate-papo e os quadros de avisos on-line destinados a compras de relógios de marcas famosas tornam-se locais que praticam o discurso livre, onde a defesa da liberdade de expressão suplanta os relógios como tópico de conversação. A internet possibilita que movimentos oposicionistas sediados fora de países governados pelo autoritarismo alcancem o sistema de comunicação política e se tornem parte dele. Banir os partidos políticos simplesmente significa que a oposição política formal se organiza on-line, a partir de outros países. Também significa que os líderes da sociedade civil se voltam para outras formas de organização viabilizadas pela tecnologia de rede.

FACILITANDO A PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A Malásia, a Indonésia e a Turquia recentemente tiveram eleições e, de acordo com a maioria dos observadores, elas correram bem. A mídia digital exerceu seu papel nas campanhas políticas, e a democracia parece mais forte por isso. A despeito de suas histórias diferentes, a cultura política assumiu características similares nos três países:

- Os cidadãos aumentaram o conteúdo internacional nas notícias que leem.
- Familiares e amigos usam para comunicação as redes Twitter, Facebook e Orkut, que são independentes do controle direto do Estado.
- Cresceu o número de atores on-line da sociedade civil — mesmo quando houve forte repressão interna por parte do Estado.
- As mulheres participam do discurso no ciberespaço de maneiras nem sempre disponíveis no espaço “real”.

Questões políticas de identidade — principalmente nos grupos de jovens urbanos entendidos em tecnologia — são mediadas por meios digitais. Dos palestinos aos gregos, dos armênios aos hmong, os jovens usuários da internet aprendem muito sobre cultura e política em suas diásporas. Essas novas formas de comunicação política contribuíram para campanhas eleitorais muito positivas. Mesmo os partidos islâmicos radicais precisaram moderar sua mensagem e empregar novas tecnologias de informação para atrair e motivar eleitores.

O Twitter, os blogues e o YouTube não provocam agitação social. Mas hoje em dia é difícil imaginar a organização de movimentos sociais e a participação cívica

sem eles, mesmo em países como o Irã e o Egito. Muitas pessoas nesses países não têm acesso à internet ou ao telefone celular. Mas aquelas que têm — moradores das cidades, elites instruídas e jovens — são precisamente a população que torna possível a mudança de regime ou que apoia, de forma tácita, um resultado eleitoral. São esses os cidadãos que apoiam um governo autoritário ou que desertam dele e são essas as pessoas cujas conexões com familiares e amigos vêm mudando comprovadamente com a difusão das novas tecnologias de comunicação.

Quando uma eleição termina, os novos hábitos relativos à mídia permanecem. As eleições se transformaram em momentos delicados em que líderes estudantis, jornalistas e grupos da sociedade civil interagem com as tecnologias digitais. Mesmo quando os candidatos preferidos não são eleitos, o processo de experimentação é importante, porque, ao usar a mídia digital, os cidadãos constroem uma infraestrutura de informação bastante independente do Estado. A mídia digital deixa uma impressão duradoura na sociedade civil, impressão essa que continua após as eleições. Pela internet, os jovens podem aprender, por exemplo, sobre a vida em países onde a fé e a liberdade coexistem. Com o tempo, mais cidadãos estão aprendendo a usar a internet, desenvolvendo suas habilidades de pesquisa on-line e aprimorando o modo como obtêm, avaliam e usam as informações.

FORTALECENDO A SOCIEDADE CIVIL

Os especialistas estão certos ao mostrar que a internet também é utilizada para apoiar redes terroristas. Eles notam que algumas elites dominantes procuram — ao censurar a nova mídia — conseguir meios mais sofisticados de controle social. Mas nessa história há mais coisas além daquilo que alguns chamam de “e-jihad”, “terrorismo on-line”, “guerra cibernética” e “*fatwas* digitais”. Com o tempo, o papel da mídia social de fortalecer a sociedade civil provavelmente provará ser a contribuição mais duradoura para a cultura política.

Em momentos delicados do ponto de vista político, tais como nas eleições ou crises políticas ou militares, ferramentas como os telefones celulares e a internet melhoram a comunicação política de três maneiras:

- Primeiro, os usuários da tecnologia exibem normas de confiança e reciprocidade excepcionalmente fortes em tempos de crise. É provável que compartilhem imagens, ajudem uns aos outros a manter o contato

com amigos e familiares e ajudem pessoas de fora fornecendo informações *in loco*.

- Segundo, os grupos da sociedade civil quase sempre copiam as estratégias de campanha digitais uns dos outros. Isso acontece em parte porque os ativistas da democracia viajam de país para país e ajudam grupos locais durante as eleições. Mas as eleições também são uma oportunidade para os grupos se inteirarem das estratégias dos outros a fim de levar ideias para a população.
- Terceiro, as eleições são uma oportunidade para debater todos os tipos de assuntos públicos, inclusive o papel das novas tecnologias de comunicação. Questões sobre padrões tecnológicos — tais como alocação de espectro público, censura do governo e acesso digital — tornam-se tópicos de discussão. A população pode insistir para que os candidatos a cargos políticos expliquem seus planos para promover o uso da tecnologia e para acabar com a exclusão digital entre aqueles que têm e os que não têm tecnologia.

Modelos estatísticos das recentes eleições legislativas da Malásia mostram que os adversários que usaram blogs tiveram mais chances de vencer os candidatos à reeleição que não o fizeram. E os candidatos da oposição que usaram blogs tiveram mais chance de vencer os candidatos do governo que não o fizeram. Hoje em dia, é difícil para um candidato político parecer “moderno” sem uma estratégia de campanha digital.

Infraestrutura de informação é política. Em muitas nações, ela também favorece muito mais a participação do que a cultura política tradicional predominante. Em consequência, a política baseada em novas tecnologias democratiza os esquemas antigos, conduzidos pelas elites. Toda vez que um cidadão documenta um abuso dos direitos humanos com seu telefone celular, usa uma planilha eletrônica compartilhada para rastrear gastos do Estado ou reúne informações sobre a corrupção oficial, ele fortalece a sociedade civil e marca ponto para a democracia. O impacto mais duradouro da mídia digital pode ser habituar os cidadãos a consumir e produzir conteúdo político. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Retórica da Derrota na Democracia

Paul Corcoran



© Michel Euler/AP Images

A candidata socialista à Presidência da França, Ségolène Royal, reconhece a derrota em Paris, em 6 de maio de 2007. Ao compartilhar a decepção de seus partidários, ela disse que esperava que o vencedor, Nicholas Sarkozy, “realize sua missão a serviço de todos os franceses”

O cientista político americano Paul Corcoran é professor-associado da Universidade de Adelaide, na Austrália. Interessa-se em particular por comunicação política, inclusive estratégias de retórica e enquadramento da mídia; filosofia política; política e arte.

Discursos de reconhecimento da derrota após eleições acirradas são mais do que rituais vazios. Eles ajudam a estabelecer a legitimidade dos resultados, reforçam a união nacional e pavimentam o caminho para transições de poder pacíficas e efetivas.

Com os votos ainda sendo contados em 4 de novembro de 2008, os dois principais candidatos à Presidência dos EUA desempenharam seus

papéis no ato final de uma peça política estabelecida. O primeiro a falar foi o candidato derrotado, John McCain. O discurso em que admitiu a derrota seguiu uma fórmula retórica reconhecida pelo tempo:

Meus amigos, chegamos ao fim de uma longa jornada. O povo americano se manifestou e se manifestou com clareza. Há pouco, tive a honra de ligar para o senador Barack Obama para parabenizá-lo (...) por ter sido eleito o próximo presidente do país que nós dois amamos. Em uma disputa tão longa e difícil como foi essa campanha, o sucesso dele merece o meu respeito, por sua capacidade e perseverança. Mas ele ter conseguido isso inspirando a esperança de tantos milhões de americanos que já chegaram a acreditar, erradamente, que tinham pouco a ganhar ou pouca influência na eleição de um presidente americano é algo que eu admiro profundamente e o elogio por ter conseguido.

Em seu discurso da vitória, Barack Obama respondeu enfatizando “que nunca fomos apenas um conjunto de pessoas ou um conjunto de estados vermelhos [predominantemente republicanos] e estados azuis [predominantemente democratas]. Somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América”. As palavras seguintes do presidente eleito prestaram um tributo a seu rival:

No início desta noite, recebi um telefonema extraordinariamente gentil do senador McCain. O senador McCain lutou longa e bravamente nesta campanha. E lutou ainda mais longa e bravamente pelo país que ele ama. Ele se sacrificou pelos Estados Unidos de uma maneira que a maioria de nós não consegue sequer imaginar. Estamos melhores hoje pelos serviços prestados por esse líder corajoso e abnegado.

Versões dessa cena são interpretadas em todas as democracias saudáveis. Ségolène Royal desejou a Nicholas Sarkozy “o melhor ao realizar sua missão a serviço de todos os franceses”. O primeiro-ministro japonês derrotado Taro Aso anunciou: “Acredito que esse é o julgamento da população e teremos de refletir sobre isso com sinceridade.” Trocas cordiais semelhantes sinalizam o fim de campanhas políticas democráticas em todo o mundo. Pode-se menosprezar esses comentários como



© Laura Rauch/AP Images

Integrante da campanha de John Kerry acompanha o discurso de reconhecimento da derrota do candidato em 2004

o quanto seja disputada, termina com uma expressão de união nacional.

rito de transição formal

Surpreendentemente, o candidato derrotado tem mais oportunidades de retórica e importância no espetáculo da noite de eleição e no processo democrático. O vitorioso inevitavelmente retorna às promessas de campanha. Ao reconhecer a cordialidade de seu adversário, ele se mostra cortês, ao mesmo tempo que o elogio ao seu formidável adversário aumenta sua própria conquista.

A retórica da derrota tem um papel mais importante a cumprir no rito formal da transição política em uma democracia. Apresentado com um mínimo de preparação por uma personalidade forte em um momento de grande estresse emocional, um discurso de reconhecimento da derrota personifica a civilidade indispensável para a estabilidade social e a autoridade política legítima. Ele soluciona com cerimonial a crise simbólica (a eleição) que as democracias vivenciam periódica e propositadamente e assim reforça visivelmente a soberania popular e a ordem constitucional. Para o derrotado, o espetáculo retórico traduz a derrota eleitoral em uma narrativa de triunfo: o partido derrotado renova seu compromisso com uma futura vitória. A linguagem de combate, lealdade partidária e princípios antagônicos é comunicada com metáforas de virtude, cavalheirismo e de espírito esportivo — isto é, em um plano onde jogar o jogo é fundamental e as regras do jogo são mais importantes do que ganhar ou perder uma determinada disputa.

Alguns retratam a eleição presidencial americana como uma campanha de combate organizado entre inimigos. Como a guerra, é barulhenta e passional. A mídia tende a

reforçar esse tema militar enfatizando a divisão e o conflito, com vencedores e perdedores em destaque em pesquisas de opinião semanais. Os candidatos lançam dúvida sobre a competência, o caráter e as qualidades de liderança dos rivais. O desempenho dos candidatos à reeleição é altamente questionado. Os candidatos são investigados na busca de sinais de fraqueza. Os candidatos que já ocuparam cargos eletivos entram no “compasso de eleição”, dedicando enorme esforço para concorrer novamente.

As organizações das campanhas presidenciais modernas trabalham para dividir o eleitorado em segmentos e depois consolidar ideologicamente a maioria desses blocos de eleitores. Essa estratégia fragmenta a nação em partidos, estados, regiões, etc. Cada eleição presidencial é considerada a mais disputada, acirrada e negativa campanha de todos os tempos. A nação, muitos comentaristas concluem, termina polarizada como nunca antes.

A ênfase nas normas democráticas é real. Lealdades, ressentimentos e preconceitos antigos ressurgem. As paixões afloram. Por fim, exceto um dos candidatos e praticamente metade do eleitorado ficarão decepcionados, suas esperanças serão contrariadas e as ilusões, esmigalhadas.

Isso acontece quando as coisas estão funcionando bem.

A tarefa retórica do discurso de reconhecimento da derrota é começar a cicatrizar as feridas e aliviar as mágoas infligidas e sofridas por ambas as partes. Apenas o candidato derrotado pode reconhecer o fracasso, declarar o triunfo do vitorioso, fazer um chamado pela união nacional e conclamar o apoio patriótico pelo candidato que ele combateu em campanha durante meses. Esse sacrifício da esperança e da ambição pessoal justifica-se pelo chamado de união nacional, pela lealdade partidária renovada e pela reafirmação de que a perspectiva é brilhante para uma futura vitória. Assim, em 2004, o derrotado John Kerry falou a seus leais partidários sobre o perigo de divisão do nosso país e a necessidade... a necessidade desesperada de união, de encontrar pontos em comum, de transigir. Hoje, espero que possamos começar a fechar as feridas. (...) Somos chamados agora a trabalhar juntos para o bem do nosso país. Nos dias que se seguem precisamos encontrar uma causa comum. Precisamos nos unir em um esforço comum, sem remorsos ou recriminações, sem raiva ou rancor. Os Estados Unidos precisam de união e anseiam uma medida maior de solidariedade.

Quatro anos depois, John McCain evocou o mesmo tema:

O senador Obama e eu tivemos e discutimos nossas diferenças, e ele prevaleceu. (...)

Conclamo todos os americanos que me apoiaram a se juntarem a mim não apenas para parabenizá-lo, mas para oferecer ao nosso próximo presidente nossa boa vontade e sérios esforços para encontrar maneiras de transigir, de encontrar a conciliação necessária, de superar nossas diferenças e ajudar a restaurar nossa prosperidade, defender nossa segurança em um mundo perigoso e deixar a nossos filhos e netos um país mais forte e melhor do que o que herdamos. Quaisquer que sejam nossas diferenças, somos concidadãos americanos.

TRANSIÇÃO ORDENADA: DESAFIO GLOBAL

Esse ritual de aceitação cordial da derrota com um apelo à união e à cooperação está bem estabelecido nos Estados Unidos, com sua longa tradição de propaganda eleitoral competitiva. No entanto, um ritual similar se desenvolveu em maior ou menor grau em outras nações democráticas. Suas características foram parcialmente visíveis nas eleições parlamentares britânicas de 2005. A BBC noticiou que Michael Howard, líder do Partido Conservador, “reconheceu a derrota” nesses termos peremptórios:

Tudo indica que Tony Blair vai vencer um terceiro mandato para o Partido Trabalhista, e eu o parabeno por essa vitória. Acredito que chegou a hora de ele fazer as coisas que realmente importam para o povo do nosso país. (...) Quando ele fizer, terá meu apoio.

Os temas democráticos do reconhecimento da derrota de Ségolène Royal foram mais claros na eleição presidencial francesa de 2007:

Amigos, compatriotas (...) o sufrágio universal deu seu recado, e eu espero que o novo presidente da República seja capaz de realizar sua missão e agradeço do fundo do meu coração os 17 milhões de eleitores que votaram em mim. (...) Dei o máximo de mim e seguirei em frente (...) Gostaria de agradecer a todas as pessoas que lutaram, e vamos manter intacta a energia e a alegria (...) a eleição renovou a democracia (...) vamos continuar juntos o que começamos juntos.

Discursos de reconhecimento da derrota pós-eleitorais ocorrem na América do Sul, na África, na Ásia, na Europa e na Austrália, mas apenas raramente eles seguem as práticas de cortesias formais e os dispositivos de enquadramento da mídia das eleições presidenciais americanas. Isso acontece em especial em nações com muitos partidos ou em um

sistema parlamentarista onde a coalizão de partidos quase sempre forma uma maioria no poder.

A transição ordenada de cargo e poder de um partido político para outro não pode ser subestimada. Ela demanda uma estrutura legal e confiança disseminada com base na experiência prática de que as eleições são justas. Em democracias novas ou em desenvolvimento, em especial aquelas que sofrem com profundas divisões culturais, a falta de experiência ou confiança no processo eleitoral é inevitavelmente um desafio. Regimes estabelecidos por golpe de Estado, pacificamente ou não, podem buscar a legitimidade democrática em uma eleição, apenas para desafiar a derrota eleitoral pela força das armas. Nesses casos, ao invés de reconhecer a derrota, os dirigentes partidários podem denunciar o resultado, alegando eleições fraudulentas, censura e intimidação violenta. Eles podem convocar seus partidários a resistir, lutar e morrer. Para uma nação tentando construir e consolidar instituições democráticas, o desafio enfrentado por líderes rivais é aceitar a derrota como uma ponte além da ambição pessoal e de interesses partidários.

O ritual da derrota e da vitória faz mais do que curar feridas. A troca formal de homenagens pode parecer gestos nostálgicos de uma era mais gentil, menos cética, mas os participantes revivem uma dramaturgia política clássica. Após uma batalha acirrada, os discursos são uma exposição ritualística de conceitos muito abstratos: “democracia em ação” e “voz do povo”. Adversários ferozes são reconstituídos como corpo de cidadãos, reunificados e renovados em compromisso a valores que transcendem a rivalidade.

Comunicado por uma mídia de massa presente em todos os lugares, o ritual do reconhecimento da derrota e da declaração da vitória torna-se o desenlace catártico da eleição. Enquanto os votos são contados, os jornalistas analisam acaloradamente projeções de computador e especulam impacientes: Quando o perdedor vai “reconhecer a derrota”? O candidato vai negar ao vencedor uma celebração triunfante na noite da eleição? E o candidato derrotado vai se render à amargura e a um colapso emocional ou vai aparecer “cortês” em um momento de decepção e desespero finais? Essa cerimônia da derrota é uma transferência simbólica de poder. Quando vistos no decorrer do tempo e no contexto da mídia de massa cada vez mais poderosa, esses discursos tornam-se uma prática democrática estabelecida que amplia nossa compreensão de como a soberania nacional é institucionalizada e simbolicamente reforçada. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Sociedade Civil, Democracia e Eleições

Bruce Gilley



© AP Images

Livres para protestar: estudantes indonésios queimam effígie do ex-presidente Suharto. Eles protestavam contra a remoção das acusações de corrupção contra o ex-presidente

Bruce Gilley é professor-assistente de Ciência Política da Escola de Governo Hatfield na Universidade Estadual de Portland em Portland, Oregon. Seu foco é democracia, legitimidade e política global, em particular na Ásia. Entre seus livros estão The Right to Rule: How States Win and Lose Legitimacy [O Direito de Governar: Como os Estados Conquistam e Perdem Legitimidade] (2009) e China's Democratic Future [O Futuro Democrático da China] (2004). Ele faz parte do conselho editorial do Journal of Democracy.

Sociedades civis fortes fortalecem democracias saudáveis. Ao garantir eleições justas e, depois, manter os vencedores dentro de padrões de boa governança, elas cultivam as condições políticas nas quais a democracia pode prosperar.

Os últimos anos mostraram que as eleições não garantem, sozinhas, o regime democrático. Nações que mantêm eleições justas onde os vencedores são cobrados por padrões claros de boa governança compartilham uma vantagem fundamental: instituições da sociedade civil fortes. Estudo sobre democracias reais e supostas democracias revela que a sociedade civil e a democracia se reforçam mutuamente.

INDONÉSIA

Desde a derrubada do longo governo autoritário de Suharto em 1998, a Indonésia passou por quatro transições eleitorais pacíficas — em 1999, 2001, 2004 e 2009. Suas conquistas democráticas nesse período foram extraordinárias. Partindo de uma pontuação 6 em 1997 na escala das liberdades políticas e civis da Casa da Liberdade (onde 7 é a

pior), o país se juntou às fileiras das democracias mundiais relativamente liberais com pontuação 2,5 em 2009.

A despeito de temores disseminados de conflitos e rupturas políticas, uma sociedade civil ativa e organizada tem fornecido boa parte da argamassa que ajuda os indonésios a aderir às expectativas e normas democráticas. Grupos como o Fórum da Democracia, o Fórum dos Reitores Universitários e a Rede Universitária para Eleições Livres e Justas garantiram eleições justas. Igualmente importante, outras instituições da sociedade civil indonésia forçaram os políticos a obedecer às regras do jogo, a manter suas promessas e a continuar responsáveis perante os eleitores nos períodos entre as eleições.

Hadi Soesastro, diretor executivo do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, sediado em Jacarta, disse a uma plateia americana em 2001 que a nova democracia do país “ainda é muito frágil e, naturalmente, o maior risco é o de podermos ver um retrocesso”. A sociedade civil da Indonésia, declarou, “define como sua função principal impedir esse retrocesso. É nossa prioridade número um”. Nove anos depois, a sociedade civil indonésia pode declarar cumprida sua missão experimental. A secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, cumprimentou os líderes da sociedade civil em Jacarta em fevereiro de 2009 por seu papel na moldagem de um país tolerante, democrático e respeitador dos direitos. “Ao viajar pelo mundo nos próximos anos, direi às pessoas: se quiserem saber se islamismo, democracia, modernidade e direitos da mulher podem coexistir, vão à Indonésia”, declarou.

Tornou-se amplamente entendido que uma democracia saudável exige mais do que eleições. É por isso que a maior parte da promoção e da assistência à democracia se concentra, em vez disso, em outras atividades — do apoio à sociedade civil ao fortalecimento de processos legislativos eficazes. Porém, os aspectos eleitoral e não eleitoral da democracia dependem um do outro: não se pode ter um sem o outro, e eles tendem a evoluir em conjunto. Uma sociedade civil vibrante, apoiada por uma imprensa livre e outras organizações independentes, não apoia somente os resultados eleitorais garantindo lisura, legitimidade e conformidade, apoia também a finalização pós-eleitoral, na forma de prestação de contas, transparência e obediência às regras por parte do governo. O presidente dos EUA, Barack Obama, em discursos em Moscou e Acra em 2009, mencionou o papel da sociedade civil como mudança democrática “de baixo para cima”. Como ele disse em Acra: “Trata-se de mais do que simplesmente realizar eleições. Trata-se também do que acontece entre as eleições.”

ETIÓPIA

A Etiópia também reflete esses processos “de baixo para cima” de consolidação democrática. Essa



Durante as eleições locais e parlamentares de 2008, etíopes são treinados sobre o funcionamento do processo eleitoral

© Anita Powell/AP Images

nação realizou sua primeira eleição nacional realmente competitiva em 2005, ajudada por organizações da sociedade civil etíope antes preocupadas principalmente com os esforços emergenciais e desenvolvimentistas. Os partidos de oposição aumentaram sua participação na legislatura nacional de 9 para 173 das 547 cadeiras disponíveis, o primeiro arranhão sério no predomínio de décadas da Frente Revolucionária Democrática do Povo Etíope (EPRDF). Durante as eleições, organizações da sociedade civil, como a Rede de Eleições Justas e Livres e o Congresso Etíope de Visão da Democracia, ofereceram capacitação em educação cívica aos cidadãos e mobilizaram observadores para as eleições.

O regime tentou falsificar os resultados das eleições. Seguiram-se protestos e uma tentativa de repressão governamental na capital, Adis Abeba. Organizações da sociedade civil se uniram em uma frente comum, forçando o regime a aceitar os resultados verdadeiros em um pacto fechado em maio de 2006. Os líderes da sociedade civil que haviam sido presos foram libertados.

Desde então, grupos da sociedade civil têm pressionado a EPRDF para respeitar a oposição e governar por consenso em vez de coerção. Houve o surgimento de um sentido de

responsabilidade e prestação de contas totalmente novo. Em resposta a uma grande preocupação de grupos de defesa, um ex-primeiro-ministro e um ex-ministro da Defesa foram acusados e condenados por corrupção em 2007. Enquanto isso, em 2008, o Parlamento etíope, que graças aos esforços de grupos da sociedade civil passou a incluir membros de diversos partidos e crenças políticas, adotou uma nova lei de imprensa. Ela proíbe censura do governo sobre a mídia privada e a prisão de jornalistas — fornecendo um exemplo de como a sociedade civil e eleições competitivas se reforçam mutuamente. Como observou o presidente Obama em seu discurso de Acra: “Vimos, em toda a África, inúmeros exemplos de povos assumindo o controle de seu destino e introduzindo mudanças de baixo para cima.”

OUTROS EXEMPLOS

Entre 1998 e 2004, cinco Estados pós-comunistas — Geórgia, Ucrânia, Eslováquia, Croácia e Sérvia — passaram por “revoluções democráticas” bem-sucedidas. A sociedade civil desempenhou papel semelhante em cada uma delas. Mais uma vez, a mobilização inicial da sociedade civil baseou-se no desejo de apoiar eleições justas e limpas. Os chamados “movimentos por eleições livres”, que revigoram a sociedade civil e a dirigem para uma função mais manifestamente política, são vistos em todo o globo à medida que as nações lutam pela transição para a democracia. Exemplos recentes incluem Filipinas, Gana, Irã e Quênia.

APÓS A ELEIÇÃO

Depois de eleições livres e justas, a sociedade civil se volta para a boa governança diária, menos dramática, menos telegênica, mas indiscutivelmente muito mais importante. Ela se empenha em uma luta diária para impedir leis repressivas, expor a corrupção e garantir a representação justa de todos os grupos, interesses e ideias. Luta para obrigar o governo a prestar contas e para garantir que os detentores de cargos continuem a obedecer às regras do jogo. Como disse o presidente Obama no Cairo em 2009: “É preciso manter o poder por meio de consentimento, não de coerção; é preciso respeitar os direitos das minorias e participar com espírito de tolerância e compromisso; é preciso colocar os interesses de seu povo e os trabalhos legítimos do processo político acima de seu partido. Sem esses ingredientes, só eleições não fazem uma democracia de verdade.”

Em seu livro premiado de 2005, *From Elections to Democracy [De Eleições a Democracia]*, a professora da Universidade de Yale Susan Rose-Ackerman examinou uma série de fatores que poderiam garantir responsabilidade na formulação de políticas. Somente uma sociedade

civil vibrante, concluiu, tem potencial para consolidar a democracia. “Criar instituições que canalizam e administram a participação da população por indivíduos e grupos na formulação de políticas deve estar no topo da agenda de reformas dos Estados pós-socialistas e das democracias em processo de consolidação no mundo inteiro”, disse ela.

NA AUSÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL

Os últimos anos também forneceram exemplos onde há eleições, mas não há uma sociedade civil ativa. Acadêmicos cunham frases como “democracia impotente”, “democracia de controle”, “democracia não liberal” e “autoritarismo competitivo” para descrever países que apresentam eleições semicompetitivas e sociedades civis demasiado fracas ou insuficientemente desenvolvidas para garantir a responsabilidade do governo. Isso ficou mais evidente nos Estados pós-comunistas em que as revoluções democráticas fracassaram — como em Belarus (2005) e Quirguistão (2008). A sociedade civil desses países é altamente dependente de doadores e quase não se estende além das capitais. Consequentemente, quando os ativistas da sociedade civil dessas nações se levantaram em “movimentos por eleições livres”, ninguém os acompanhou. Entre os países em que uma sociedade civil superficial ou fraca favoreceu o enraizamento de governantes autoritários eleitos estão a Malásia, a Rússia e o Camboja.

Já na Venezuela, uma sociedade civil forte e vibrante simplesmente não estava preparada para a tarefa de manter a democracia liberal vibrante que o país conheceu em fins dos anos 1990. O caso venezuelano, como o do Zimbábue, é um lembrete de que às vezes as forças “de baixo para cima” são insuficientes: as pressões internacionais, as instituições do Estado, como o Judiciário e as comissões eleitorais, assim como as decisões das principais elites políticas, todas elas são necessárias para proteger a democracia. E às vezes, na verdade, são as eleições sozinhas que podem reunir força social suficiente para vencer a batalha.

Felizmente, a liberalização política tem sua própria força. Quando a sociedade civil é liberada de restrições, é muito difícil contê-la. O presidente Obama e a secretária Hillary Clinton enfatizam corretamente a importância da sociedade civil no fortalecimento da democracia, tanto durante quanto após as eleições. Ambos se orgulham de ter como meta o fortalecimento da sociedade civil e da democracia americanas. O presidente Obama personifica essa busca — ele próprio um organizador comunitário, o líder da nossa nação compreende profundamente a relação simbiótica entre sociedade civil e democracia eficaz. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Transição Presidencial 2008-2009: Cooperação Bem-Sucedida

Martha Joynt Kumar



© Evan Vucci/AP Images

Menos de uma semana após as eleições de 2008, o presidente George W. Bush e o presidente eleito, Barack Obama, a caminho de uma reunião privada no Salão Oval

*Martha Joynt Kumar, professora de Ciência Política da Universidade de Towson, em Towson, Maryland, é especialista em presidência dos EUA. Seu livro *Managing the President's Message: The White House Communications Operation* [Como Lidar com a Mensagem do Presidente: A Operação de Comunicação da Casa Branca] (2007) conquistou o Prêmio Richard E. Neustadt de 2008. Entre suas várias publicações está *Portraying the President: The White House and the News Media* [Retrato do Presidente: A Casa Branca e a Mídia] (1981). Atualmente é diretora do Projeto *Transição na Casa Branca, iniciativa apartidária.**

Os vários meses de preparação tanto da parte do governo que estava saindo quanto do que estava entrando fez com que a transferência de cargo de George W. Bush para Barak Obama fosse uma das transições presidenciais mais tranquilas dos EUA.

Desde 1952, os presidentes americanos em fim de mandato reúnem e fornecem informações sobre o Poder Executivo a seus sucessores. Essa prática começou porque o sistema americano exige que o presidente eleito tome muitas decisões importantes antes de assumir o cargo, principalmente no que diz respeito às nomeações. A transição 2008-2009 de George W. Bush para Barack Obama foi uma das mais tranquilas e eficazes. Mesmo antes da eleição, os dois lados estavam empenhados em conseguir uma transição produtiva. Um exemplo da eficácia da transição foi a capacidade de o governo Obama realizar muitos de seus objetivos nos primeiros dias de governo.

Em cerca de 75 dias entre sua eleição e sua posse, o novo presidente estabeleceu suas políticas prioritárias. Antes que possa agir sobre as iniciativas que planejou, ele precisa ter:

- as informações necessárias para tomar decisões presidenciais bem fundamentadas;
- os membros de primeiro escalão da Casa Branca com suas tarefas definidas;
- um plano para priorizar e selecionar pessoal para a Casa Branca e indicar as principais autoridades de 15 departamentos do Poder Executivo.

Com esses ingredientes em mãos nos seus dez primeiros dias de governo, o presidente Barack Obama assinou nove atos do Executivo e nove memorandos presidenciais sobre uma ampla gama de assuntos. Pouco tempo depois, sancionou legislação sobre equiparação salarial, seguro-saúde para crianças e um programa de estímulo econômico, cumprindo assim importantes promessas de campanha no início de seu governo.

Três desdobramentos deram ao presidente Obama condições de começar a governar rapidamente. Primeiro, o presidente Bush comprometeu-se cedo e pessoalmente com uma transição bem-sucedida. No final de 2007, bem antes das eleições, Bush determinou ao chefe de gabinete da Casa Branca, Joshua Bolten, que garantisse a eficácia da transição. Segundo, no início de 2008 e ainda bem antes das eleições, o candidato Barack Obama designou pessoas competentes e apropriadas para planejar a transição. Finalmente, após os atentados de 11 de setembro de 2001, todos os setores do governo federal ficaram mais atentos a ameaças ao funcionamento do governo e se prepararam para que a próxima transição do Poder Executivo fosse tranquila. O presidente Bush recomendou, e o Congresso aprovou, legislação sobre as necessidades de informações de segurança nacional para o novo presidente.

PLANO DE TRANSIÇÃO PRÉ-ELABORADO POR FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO BUSH

Embora a maioria dos presidentes em fim de mandato só inicie os preparativos para a transição nos últimos meses de governo, George W. Bush deu início a eles com um ano de antecedência. Joshua Bolten lembrou como o presidente Bush em 2007 o orientou a “fazer de tudo para garantir uma transição o mais eficaz possível, em especial na área de segurança nacional”. Essa preparação antecipada deu ao governo a oportunidade de se comunicar com representantes das campanhas presidenciais após as primárias e bem antes das eleições.

Com 15 departamentos e cerca de 7 mil cargos a serem preenchidos — inclusive os 1.200 postos mais importantes que exigem confirmação do Senado — um presidente

eleito precisa de muita informação sobre esses cargos, o funcionamento dos vários departamentos do Poder Executivo e a situação de determinadas iniciativas de políticas. Em meados do segundo trimestre de 2008 os funcionários do governo Bush começaram a reunir e correlacionar essas informações para quem quer que fosse eleito presidente.

A coordenação entre os funcionários e as agências do Poder Executivo é um elemento-chave para uma transição eficiente. No segundo trimestre, em uma reunião do Conselho de Administração do Presidente (PMC), grupo de 22 agências importantes, o presidente do PMC, Clay Johnson, conversou sobre a transição com representantes dessas agências. As agências trabalharam juntas para estabelecer prioridades comuns e montar modelos de trabalho. Johnson instruiu as equipes das agências a se concentrarem nas prioridades, “não em temas quentes e polêmicos, mas em itens, tendências e transações específicas com as quais o novo grupo de governo teria de lidar”.

Na área de segurança nacional, o próprio presidente Bush analisou uma série de 40 memorandos preparados sob a direção do assessor de Segurança Nacional, Stephen Hadley, destinados a ajudar o novo presidente e sua equipe a entender questões importantes e problemas no mundo. Hadley também preparou uma série de 17 planos de contingência. “Se o pior acontecer, aqui estão algumas respostas”, explicou. Embora os planos de contingência sejam operações constantes, Joshua Bolten comentou que “a iminência da saída (...) realmente ajudou para que nós nos concentrássemos em assegurar que tudo estivesse correto antes da nossa saída”.

OPERAÇÃO DE TRANSIÇÃO DO PRESIDENTE ELEITO BARACK OBAMA

Barack Obama trouxe uma mão experiente de Washington, John Podesta, para cuidar da organização da transição. Podesta trabalhou no governo Clinton como chefe de gabinete da Casa Branca. Embora conhecesse bem Obama, Podesta não era pessoalmente íntimo do presidente eleito e não queria um cargo no novo governo. Esses aspectos foram importantes porque todos sabiam que Podesta não estava usando seu tempo na tentativa de conseguir um cargo para si. Chris Lu, diretor executivo da equipe de Obama para a transição, mostrou que os funcionários de Obama encarregados da transição estavam cientes da necessidade de confiar em pessoas que não estivessem caçando um cargo no futuro governo. “Não queremos vê-los competindo por seus futuros empregos”, disse Lu — lição aprendida com as experiências dos que trabalharam em transições e governos anteriores.



© J. Scott Applewhite/AP Images

Os copresidentes da Comissão de Prevenção da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e do Terrorismo, ex-senador pela Flórida Bob Graham (à esquerda) e ex-senador pelo Missouri Jim Talent (à direita), passam informações ao vice-presidente eleito, Joe Biden, e à secretária designada de Segurança Interna, Janet Napolitano, em 3 de dezembro de 2008, na sede do escritório de transição presidencial em Washington, DC

Podesta explicou como as equipes de análise das agências reuniram informações práticas e facilmente assimiláveis para os funcionários do novo governo: “Você poderia pegar um programa, uma agência, um orçamento [e dizer] ‘estes são os desafios, esta é a maneira de seguir em frente e produzir os resultados prometidos por Obama, tanto durante a campanha como depois, de forma mais detalhada, na transição e durante as primeiras fases do governo?’” Os secretários do Gabinete e a equipe da Casa Branca “receberam um produto estratégico que estava mais digerível”, continuou Podesta. “Em minhas conversas com os futuros secretários do Gabinete, eles se mostraram muito agradecidos por receber memorandos de 30 páginas direcionados, bem escritos, revisados, já em sua terceira versão, em vez de 5 mil páginas de bobagens como se fazia no passado.” Esse é o tipo de informação e avaliação que as novas autoridades precisam ao assumir cargos no governo.

ANTECIPANDO UMA TRANSIÇÃO PÓS-11 DE SETEMBRO

Um terceiro fator que moldou a transição 2008-2009 foi o amplo consenso de que uma transição tranquila era essencial para a segurança nacional. O governo adotou recomendações da Comissão Nacional sobre Atentados Terroristas contra os Estados Unidos (Comissão de 11-9) para melhorar o processo de liberação de informações sobre segurança nacional e reunir e fornecer informações sobre

ameaças à segurança, de modo que o novo governo tivesse logo condições de lidar com uma crise caso isso ocorresse. O ritmo lento do processo de liberação, muitos acreditavam, causou aos governos anteriores atraso excessivo nas nomeações para cargos.

Com a finalidade de acelerar o processo de nomeação de pessoal para o Poder Executivo, o Congresso tomou providências para que o trâmite de liberação fosse antecipado, e a equipe de Bush facilitou investigações antecipadas sobre segurança nacional para funcionários-chave da equipe de transição. Com vistas a preparar com antecedência o presidente eleito para uma crise, o presidente Bush e sua equipe organizaram um treinamento para situações de crise na Casa Branca em 13 de janeiro de 2009, uma semana antes da posse de Obama. Esse evento foi uma oportunidade valiosa para as novas autoridades discutirem com seus antecessores respostas para possíveis situações de emergência.

CONCLUSÃO

A transição 2008-2009 mostra os benefícios obtidos quando um presidente determina que os preparativos para a transição sejam feitos com antecedência e em profundidade. Por determinação do presidente Bush, o chefe de gabinete, Joshua Bolten, orientou um esforço de grande parte do governo para definir e em seguida satisfazer as necessidades do novo governo. Barack Obama contribuiu para o processo ao estabelecer antecipadamente um mecanismo a fim de definir e gerenciar uma possível transição, e depois de maneira sensata indicar um profissional sem ambições pessoais para chefiar sua equipe de transição. Os desafios de segurança após o 11 de Setembro fizeram com que todos os envolvidos se concentrassem na necessidade de uma transferência de poder ordenada e eficiente. Os presidentes americanos atualmente não podem se dar ao luxo de deixar os preparativos para depois das eleições. Por meio de legislação, direção executiva e esforço individual, o Congresso, o presidente Bush e os funcionários de carreira e de confiança dos departamentos e das agências trabalharam muito na preparação do novo presidente e de sua equipe para as responsabilidades de governo. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Implementando a Vontade do Povo



O presidente da África do Sul, Frederik Willem de Klerk (à esquerda), e o líder do partido Congresso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, antes das conversações entre o CNA e o governo da África do Sul, Cidade do Cabo, 2 de maio de 1990

F.W. de Klerk e Nelson Mandela possivelmente realizaram a mais difícil transição pacífica de poder político nos tempos modernos. Ao assumir a Presidência do *apartheid* na África do Sul, de Klerk libertou Mandela, então com 71 anos, depois de quase três décadas de confinamento. As negociações que se seguiram asseguraram aos negros da África do Sul a permissão para assumir o poder em eleições livres e justas e convenceram os brancos de que poderiam confiar nas proteções legais democráticas mesmo depois da transferência do poder às pessoas que eles haviam oprimido.



© AP Images

O dissidente e dramaturgo tcheco Václav Havel fala em mesa-redonda entre partidos políticos e grupos de oposição sobre a formação de um novo governo, em Praga, 8 de dezembro de 1989

“Os jornalistas ocidentais continuavam nos dizendo: vocês são apenas um pequeno grupo de intelectuais lutando uns com os outros, os trabalhadores não os acompanham, vocês não são apoiados por milhões de pessoas e estão somente batendo a cabeça contra a parede. E eu costumava responder que em um sistema totalitário nunca podemos dizer o que está escondido sob a superfície porque isso não pode ser verificado. Não tínhamos pesquisas de opinião ou uma mídia livre, mas sabíamos que alguma coisa estava sendo formada no subconsciente social. Eu sentia com intensidade cada vez maior que mais cedo ou mais tarde algo explodiria, que as coisas não podiam continuar desse modo para sempre, porque podíamos ver como tudo estava fervendo. Era óbvio que um evento fortuito poderia provocar grandes mudanças. E tudo poderia virar uma bola de neve e se transformar em uma avalanche.”

— Václav Havel falando sobre as condições que precederam a Revolução de Veludo, entrevistado por Adam Michnik Salon, em 2008



Foto: © Witold Rozmyslowicz/epa/Corbis

10 de março de 1981, Varsóvia, Mazowiecka, Polônia: o líder do movimento Solidarnosc, Lech Walesa (à direita), reúne-se com o ministro polonês Wojciech Jaruzelski

A “Revolução de Veludo” em 1989 — a deposição não violenta do regime comunista na Tchecoslováquia — foi liderada por grupos dissidentes que distribuíam panfletos clandestinos feitos à mão (*samizdat*) contra o regime. Václav Havel, mantido preso por vários anos pelos comunistas, foi eleito presidente da República da Tchecoslováquia na primeira eleição livre do Pós-Guerra no país, em 1990. Após a dissolução pacífica da Tchecoslováquia em República Tcheca e Eslováquia em 1993, tornou-se presidente da República Tcheca.

A sociedade civil mostrou-se mais influente: Lech Walesa, electricista do estaleiro Lenin em Gdansk, na Polônia, foi um dos fundadores do Solidarnosc, o primeiro sindicato independente do bloco soviético, em 1980. Como a força e a influência do sindicato cresceram, os militares poloneses, comandados pelo general Wojciech Jaruzelski, impuseram a lei marcial. Mesmo assim, o apoio do povo polonês assegurou a sobrevivência do Solidarnosc como um movimento social não violento. Em 1989, o regime realizou eleições parcialmente livres. Walesa foi eleito presidente da Polônia em 1990.



© Manish Swarup/AP Images

Cidadãos nepaleses leem declaração do rei Gyanendra durante as demonstrações pró-democracia em 2006, que reuniram 150 mil manifestantes nas ruas de Kathmandu, no Nepal

○ Nepal tornou-se mais livre desde que uma greve geral abrangente em 2006 permitiu aos ativistas pró-democracia despojar o rei Gyanendra de seus poderes opressivos. Uma nova Constituição aboliu a monarquia e estabeleceu uma república parlamentar, preparando o caminho para eleições relativamente livres e justas em 2008. Apesar de as eleições terem sido marcadas pela violência e os jornalistas continuarem alvo de ataques, houve melhoras significativas no Estado de Direito.



© Marco Ugarte/AP Images

○ Tribunal Eleitoral Federal do México reúne-se para decidir o resultado muito contestado da eleição presidencial de 2006, que opôs Felipe Calderón, do Partido Ação Nacional (PAN), a Manuel Lopez Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD). Calderón ganhou por uma margem apertada. Lopez Obrador apresentou queixas de irregularidades e exigiu recontagem, ao mesmo tempo que liderou seus partidários em um imenso protesto pacífico na cidade do México. O tribunal é a mais alta corte de justiça para assuntos eleitorais mexicanos e após análise declarou Calderón vencedor, com uma contagem final de 35,89% (15.000.284 votos) para Calderón e 35,31% (14.756.350 votos) para Obrador.



Simpatizantes do candidato presidencial mongol Elbegdorj Tsakhia reunidos em Ulaanbaatar, em abril de 2009

© Batsukhi/AP Images

Depois de uma eleição parlamentar acirrada em 2008 com violência após a eleição, Elbegdorj Tsakhia derrotou o candidato à reeleição Nambaryn Enkhbayar, do Partido Revolucionário do Povo Mongol, por 51,24% contra 47,44%. Apesar da estreita margem, o presidente candidato dignamente admitiu a derrota e a eleição não provocou protestos.



O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar (na frente, à direita) e Elbegdorj Tsakhia apertam as mãos durante cerimônia de juramento no Parlamento, em Ulan Bator, na Mongólia

© D. Rentsendor/AP Images



© Eraldo Peres/AP Images

A internet presta serviços a todos os níveis da sociedade civil no Brasil. Ativista da tribo indígena caiapó usa seu laptop durante audiência pública em 2009. Nativos da floresta tropical amazônica protestam contra a decisão do governo brasileiro de construir uma grande barragem no Rio Xingu.



Ilustração retrata os três presidentes mais recentes de Gana: (da esquerda para a direita) o atual presidente, John Atta Mills, Jerry Rawlings (1993-2001) e John Kufour (2001-2009)

© Kwaku Sakpiti-Addo/Reuters/Corbis

As eleições parlamentar e presidencial de 2009 em Gana anunciaram uma transferência de poder democrática e tranquila. Uma série de golpes de Estado e eleições fraudulentas dominaram a política ganense após a independência da Grã-Bretanha, até a eleição de 1996. Desde então, exceto violência esporádica e irregularidades em pesquisas de opinião, as eleições têm sido relativamente livres e justas. Liberdade de expressão, de religião, de reunião e outros direitos civis básicos são respeitados em Gana.



Agosto de 2003: a Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru apresenta relatório ao presidente Alejandro Toledo. A comissão reuniu líderes comunitários, acadêmicos, jornalistas, entre outros, para determinar a responsabilidade pelos massacres, desaparecimentos e outros abusos dos direitos humanos pelos grupos rebeldes Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Túpac Amaru e pelos militares peruanos.

© Martin Mejia, File/AP Images

De Herbert Hoover a Franklin D. Roosevelt: Transição em Tempos de Crise

Donald A. Ritchie



© AP Images

4 de março de 1933: o presidente americano Herbert Hoover e o presidente eleito Franklin D. Roosevelt cumprimentam-se em frente à Casa Branca. A emenda constitucional ratificada dois meses antes mudou as posses posteriores para 20 de janeiro

Donald A. Ritchie é historiador do Senado dos Estados Unidos e autor de vários livros, entre eles, o mais recente *Electing FDR: The New Deal Campaign of 1932* [Eleição de FDR: A Campanha do New Deal de 1932] (2007) e *Reporting from Washington: The History of the Washington Press Corps* [Reportagens de Washington: A História do Corpo de Imprensa de Washington] (2005).

A transferência da Presidência de Herbert Hoover a Franklin D. Roosevelt na era da Depressão figurou entre as mais difíceis politicamente, mas permaneceu pacífica, e as lições aprendidas influenciaram as transições presidenciais americanas posteriores.

Poucos eventos testaram a democracia tão profunda e arraigadamente como a Grande Depressão. Algumas democracias não sobreviveram ao desafio. Na Alemanha, a desprezada República de Weimar deu lugar à tirania nazista. Passados menos de dois meses, a Presidência americana foi transferida de Herbert Hoover a Franklin D. Roosevelt. Nenhuma transição americana havia ocorrido sob circunstâncias mais difíceis. A democracia americana emergiu mais forte da experiência.

A economia americana, que havia entrado na Grande Depressão depois do *crash* do mercado de ações de 1929, sofreu ainda mais durante e imediatamente após a campanha presidencial de 1932. No inverno após essa

eleição, milhares de bancos faliram, empresas fecharam e um quarto da força de trabalho nacional ficou sem emprego. Os eleitores culpavam o presidente Hoover por suas agruras e voltaram-se em massa para seu adversário. Mas, embora uma emenda constitucional em tramitação viesse mais tarde a reduzir pela metade o período de transição entre governos, o sistema existente ainda exigia um período de quatro meses antes que o novo presidente pudesse tomar posse.

Nesse longo ínterim, o presidente Hoover convidou seu sucessor a ir à Casa Branca para discutir as preocupantes condições econômicas. Roosevelt aceitou e encontrou-se pessoalmente com Hoover três vezes antes de sua posse. Contudo, os dois tinham ideias bastante diferentes sobre como conduzir a crise. Hoover havia financiado alguns programas criativos em resposta à Depressão, mas permanecia firmemente contrário à ajuda governamental direta aos desempregados. FDR (como as manchetes referiam-se a Roosevelt) prometeu um “novo acordo” (“New Deal”) aos americanos e comprometeu-se a uma abordagem mais experimental para resolver a crise econômica e criar uma sociedade mais segura. Hoover disse aos eleitores que a campanha não era entre dois homens, mas entre duas filosofias de governo, e alertou que a confiança de Roosevelt nas soluções do governo poderia levar à arregimentação.

Nos encontros que tiveram, Hoover procurou comprometer Roosevelt com as políticas econômicas de seu governo, embora Roosevelt houvesse acabado de ganhar uma eleição fazendo campanha contra elas. Roosevelt explicou ter ido aos encontros para aprender, não para consentir com políticas específicas. Sentiu que lhe faltava autoridade para assumir responsabilidade por ações governamentais antes de tomar posse oficialmente. Como a crise bancária se aprofundou, os dois se reuniram novamente no último dia de Hoover no cargo. Roosevelt

recusou o pedido de Hoover para assinar uma declaração em conjunto fechando todos os bancos americanos. Hoover poderia ter tomado a decisão com sua própria autoridade, porém, politicamente derrotado e pessoalmente impopular, não o fez. FDR esperou para agir até se tornar presidente no dia seguinte. Para Roosevelt, a insistência de Hoover em uma ação conjunta sugeria incapacidade para entender quão diferente o novo governo planejava trabalhar.

Contudo, ao mesmo tempo, Roosevelt aceitou a oferta de altos funcionários do Departamento do Tesouro de permanecer no cargo para redigir uma legislação bancária de emergência para o novo governo. Com esse plano, Roosevelt decretou feriado bancário, fechou todos os bancos e então reabriu aqueles que eram solventes, seguindo análise governamental cuidadosa de seus livros. A indecisão de Hoover deu a seu sucessor um triunfo logo no início de sua Presidência. Os defensores do New Deal de Roosevelt consideraram o feriado bancário como o momento decisivo da Depressão. A confiança da população ressurgiu com a reabertura dos bancos em condições saudáveis.

A transição entre Hoover e Roosevelt havia sido pacífica, mas não produtiva. Observadores consideraram ambos culpados: Hoover por pedir a Roosevelt para fazer mais do que deveria; Roosevelt por não se dispor a cooperar. As lições aprendidas com essa experiência têm de certo modo afetado todas as transições presidenciais subsequentes, até a transição de 2009 entre George W. Bush e Barack Obama. Presidentes que deixam o cargo agora trabalham para facilitar a transferência de poder a seus sucessores, oferecendo assistência e fazendo recomendações, mas não tentando forçar seu futuro curso de ação. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Você sabia?

Número de usuários da rede social Orkut: mais de 100 milhões

Nações responsáveis pela maior parte do tráfego do Orkut: (1) Brasil; (2) Índia

Idade de Nelson Mandela ao ser preso: 44; ao ser liberado da prisão: 71

Idade de Nelson Mandela ao assumir a Presidência sul africana: 75

Primeiro presidente americano a ser derrotado em uma campanha para a reeleição: John Adams (1800)

Imperadores romanos tiranos aos quais os partidários de Adams compararam seu adversário, Thomas Jefferson: Tibério, Nero, Calígula

Número de cargos que um novo presidente americano deve preencher: cerca de 7 mil

Número de dias entre a derrota eleitoral de Winston Churchill e sua desocupação da residência de primeiro-ministro: 1

Número de dias entre a derrota eleitoral do presidente americano Herbert Hoover e sua desocupação da Casa Branca após o juramento de posse de Franklin D. Roosevelt: 116

Como uma Eleição Parcialmente Livre Mudou a Polônia

Anna Husarska



Cortesia: Universidade de Maryland

Cartaz incentivando eleitores a apoiar o Solidariedade nas primeiras eleições parcialmente livres da Polônia comunista. Apresenta Gary Cooper, astro do banguê-banguê de Hollywood *Matar ou Morrer* de 1959. O texto em polonês diz: "Matar ou Morrer: 4 de junho de 1989"

Anna Husarska é tradutora, jornalista e realiza trabalhos humanitários. Foi da equipe de redação da revista New Yorker e trabalhou como repórter nas principais zonas de conflitos em todo o mundo para importantes jornais e revistas, entre eles o Washington Post, a Newsweek, o International Herald Tribune, o Wall Street Journal, o Guardian (Reino Unido) e o Slate.

O relato pessoal de como a eleição na Polônia em 1989 mudou a maré a favor do governo democrático descreve o poderoso impacto de uma sociedade civil determinada, mesmo quando uma eleição é, por acordo, apenas parcialmente livre e justa.

A famosa imagem do astro de Hollywood Gary Cooper, do banguê-banguê de 1952 “Matar ou Morrer”, foi usada durante as eleições polonesas de junho de 1989, com Cooper ostentando um bóton do “Solidariedade” na lapela. Mas o verdadeiro herói na eleição, que derrotou o regime comunista da Polônia, não foi um xerife de cidade que mata os bandidos, mas sim as organizações da sociedade civil cujos vários anos de trabalho paciente começaram a dar frutos. Esse trabalho começou em 1975, quando intelectuais defenderam trabalhadores presos devido a uma greve e criaram o Comitê de Defesa dos Trabalhadores, o KOR.

O KOR treinou e preparou trabalhadores poloneses apresentando-lhes seus próprios direitos; quando a greve eclodiu em 1980 no estaleiro de Gdansk, eles tiveram êxito ao exigir a criação do Solidariedade, o primeiro sindicato livre no bloco soviético. Como o regime comunista sempre reprimiu a maioria dos segmentos da sociedade civil polonesa, o Solidariedade surgiu como uma organização guarda-chuva representando muitas correntes da sociedade civil. O regime achou ser necessário engajar o Solidariedade em uma mesa-redonda de discussão. Uma negociação foi feita para realizar eleições parlamentares parcialmente livres, o regime reservando para si mesmo 65% das cadeiras na Câmara dos Deputados.

Com 10 milhões de filiados – quase um terço da população da Polônia — o Solidariedade foi provavelmente um dos movimentos mais populares *per capita* na história mundial e, contudo, o resultado da eleição foi difícil de prever porque não havia pesquisas de opinião pública confiáveis.

Eu estava trabalhando nessa época na oposição, isto é, no jornal diário do Solidariedade, adequadamente chamado de *Gazeta Wyborcza* ou *Gazeta Eleitoral*. No dia da eleição, 4 de junho de 1989, o Solidariedade não estava nada seguro a respeito da vitória. Mas estávamos muito bem preparados para a batalha nas urnas.

Os comunistas vinham enganando seu próprio povo há várias décadas, assim, havia a expectativa de que eles fariam o mesmo nessas eleições. Por décadas, grupos da sociedade civil como a informal “Universidade

Voadora”, editoras clandestinas, grupos de teatro que se apresentavam em igrejas e grupos *ad hoc* de sociólogos ou economistas fizeram oposição às políticas do regime. Esses grupos ajudaram a preparar uma sociedade paralela inteira por meio de educação, publicações, eventos culturais, estudos sociológicos e propostas para a recuperação econômica realizados de maneira clandestina. Portanto, a sociedade civil estava pronta para o desafio dessa eleição parcialmente livre. Embora não houvesse organizações não governamentais *per se*, corria a piada de que “as únicas entidades não governamentais na Polônia são os governantes comunistas”.

Os *slogans* eleitorais eram totalmente positivos porque a sociedade civil tinha de provar que era mais nobre e também porque o ódio pelos comunistas não precisava de combustível. O mais famoso era uma canção fácil de lembrar, “Que a Polônia seja a Polônia” (isto é, não um país satélite soviético) e, naturalmente, aquele tipo de letra memorável, que mostrava a palavra “Solidariedade” como uma multidão apertada marchando com uma bandeira.

O acesso da sociedade civil à televisão estatal era restrito, e o regime intercalava os poucos anúncios do Solidariedade com inserções publicitárias destinadas a enganar e confundir os cidadãos, para que acabassem votando em outro candidato e não naquele em que pretendiam. Sabíamos disso, assim, distribuíamos pequenos lembretes: “Se você estiver com o Solidariedade, desconsidere todos, exceto os seguintes” – e os nomes de nossos candidatos vinham em seguida. Ficamos somente em parte surpresos quando o regime descobriu pessoas com os mesmos sobrenomes dos nossos candidatos e os inscreveram como candidatos comunistas para as mesmas cadeiras.

Esperávamos jogo sujo por parte dos comunistas, então instruímos os fiscais eleitorais do Solidariedade a

levar lanternas, caso os comunistas cortassem a energia e enchessem as urnas com votos falsos — e canetas extras, caso os funcionários alegassem não ter nenhuma para que as pessoas não pudessem votar.

Meu próprio papel era mínimo, mas muito importante: eu ficava no “esquadrão que cobria idas ao banheiro”. Visitávamos todas as seções de votação em um distrito, permitindo ao fiscal do Solidariedade ir ao banheiro. Desse modo, garantíamos que as autoridades não enchessem as urnas com votos falsos durante a breve ausência do fiscal. Foi uma pequena contribuição para evitar que os comunistas nos enganassem mais uma vez, mas tenho muito orgulho dela.

Após a vitória do Solidariedade, veio a dissolução do Partido Comunista e as reformas democráticas rapidamente se seguiram. Departamentos repressivos do Ministério do Interior — de “luta contra os intelectuais”, “luta contra a Igreja”, “luta contra os sindicatos” e “luta contra os camponeses rebeldes” — foram abolidos, e as eleições locais no segundo trimestre de 1990 foram livres e justas. No final do ano, o líder do Solidariedade, Lech Walesa — homem que colaborou com os intelectuais, recebeu o apoio da Igreja, liderou um sindicato e cooperou com os camponeses rebeldes –, foi eleito presidente pelo povo polonês.

Mas para mim a eleição de junho de 1989 permaneceu como um momento decisivo crucial. Quando foi anunciado que o Solidariedade, das cadeiras que teve permissão para concorrer, conseguiu todas, exceto uma, pude perceber por quê: toda a sociedade havia se tornado uma sociedade civil. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

De Governo Autoritário a Membro da União Europeia: Romênia e Moldávia

Grigore Pop-Eleches



© AP Images

Em dezembro de 2006, mulher em fábrica em Bucareste, Romênia, costura bandeiras da União Europeia e da Romênia para a solenidade de entrada da Romênia na UE em 1º de janeiro de 2007

Professor-assistente de Política e Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade de Princeton, Grigore Pop-Eleches pesquisou as dinâmicas nacionais e internacionais das reformas econômicas e políticas no Leste Europeu e na América Latina. Esses temas são o foco de seu livro From Economic Crisis to Reform: IMF Programs in Latin America and Eastern Europe [Da Crise Econômica à Reforma: Programas do FMI na América Latina e no Leste Europeu] (Princeton University Press, 2009).

Duas nações do antigo bloco comunista seguiram rumos políticos diferentes. A Romênia manteve a governança democrática com sucesso e é hoje membro da União Europeia. O processo democrático da Moldávia foi mais difícil. Um estudo dos eventos nesses dois países revela as contribuições da sociedade civil e das instituições democráticas para que as transições para os governos recém-eleitos fossem estáveis.

Desde a extinção do comunismo na União Soviética e em seus Estados satélites do Leste Europeu, esses países criaram democracias em diferentes ritmos e níveis de sucesso. Um meio de examinar as causas dessas diferenças e aprender mais sobre as condições nas quais essas democracias prosperam é analisar como nações similares se saíram em um dos testes fundamentais da democracia genuína: a transferência pacífica do poder entre líderes e partidos políticos adversários. Uma comparação entre dois Estados pós-comunistas sugere que reformas internas, impulsionadas pelo desejo de obter maior integração com outras nações democráticas e monitoradas por uma sociedade civil atuante, fortalecem a capacidade de um país de transferir o poder pacificamente e manter a governança democrática.

DINÂMICA ELEITORAL

Reveladora é a comparação entre as dinâmicas eleitorais da Moldávia e da Romênia, de 1989 até suas eleições mais recentes. A comparação se justifica pela cultura e pela história comuns dos dois países, bem como por seus níveis similares de desenvolvimento socioeconômico no início da transição pós-comunista. Além disso, os dois países tiveram (pelo menos superficialmente) trajetórias semelhantes: no início dos anos 1990 foram dominados por ex-comunistas reformados que acabaram sendo derrotados por grandes coalizões de centro-direita, primeiro na Romênia (1996) e mais tarde na Moldávia (1998). Embora essas derrotas tenham sido marcos importantes no desenvolvimento democrático de cada nação, a euforia foi efêmera, pois as coalizões de centro-direita foram enfraquecidas por profundas crises econômicas e rivalidades políticas. Essas coalizões sofreram derrotas esmagadoras em 2000 e 2001 nos dois países.

No entanto, as semelhanças terminam aí. Na Romênia, o ex-Partido Comunista reformado deu continuidade às reformas econômicas e políticas, fez avanços significativos para a integração europeia e tornou o país membro da União Europeia. A Moldávia tornou-se o primeiro país europeu a levar comunistas não reformados de volta ao poder por meio de eleições democráticas. Embora os comunistas moldávios tenham moderado sua estridente retórica inicial antimerca e anti-imperialista, seus oito anos no poder, contudo, marcaram uma erosão significativa das liberdades democráticas. Por outro lado, a influência das expectativas internacionais e a demanda de grupos nacionais da sociedade civil contribuíram de forma significativa para que a Romênia avançasse com mais rapidez na transição, indo além das eleições e atingindo a boa governança pós-eleitoral.

TRANSFERÊNCIA DE PODER

Em 2009, os resultados dessa diferença tornaram-se evidentes na forma como cada nação respondeu a disputas acaloradas e a eleições bastante acirradas. Nos dois casos — após as eleições para o Parlamento na Moldávia em abril de 2009 e após a eleição presidencial romena de novembro e dezembro de 2009 — o lado derrotado alegou fraude, mas com resultados bem diferentes.

Na Moldávia, as alegações de fraude — pelo menos parcialmente endossadas por observadores estrangeiros — desencadearam protestos políticos em grande escala que se tornaram violentos na capital, Chisinau, e culminaram na destruição do prédio do Parlamento e do palácio presidencial.

As reações dos principais partidos políticos e da mídia de massa da Moldávia mostram a enorme distância entre a política e a sociedade do país. O presidente Vladimir Voronin e a maioria dos meios de comunicação estatais acusaram os partidos de oposição e o governo romeno de apoiar “bandos criminosos” que responsabilizaram pela violência. A oposição na Moldávia, junto com a maioria da sociedade civil e parte da mídia de massa privada, alegou, por sua vez, que os protestos representavam uma manifestação espontânea da frustração de jovens anticomunistas pró-Occidente, especialmente estudantes. Além disso, insistiram que os provocadores pró-regime iniciaram a violência para tirar a legitimidade do protesto e preparar o caminho para a volta da ditadura. A forte repressão oficial que se seguiu resultou em centenas de detenções e denúncias de violência policial generalizada. Embora o governo tenha ao final concordado com a realização de novas eleições que resultaram na vitória da oposição por estreita margem, o Partido Comunista continua a liderar apoio suficiente para bloquear as liberalizações econômica e política que poderiam futuramente assegurar a transferência pacífica do poder.

Na Romênia, ao contrário, o conflito eleitoral foi resolvido pacificamente após uma recontagem parcial dos votos nulos. O perdedor, Mircea Geoana, aceitou a derrota e felicitou o adversário, embora tenha prometido buscar uma investigação parlamentar sobre a integridade da disputa presidencial. A disposição da elite política romena de afirmar seus interesses em um arcabouço de instituições democráticas (admitidamente imperfeitas) explica por que o resultado da eleição suscitou poucos protestos e nenhuma violência.

Vários fatores inter-relacionados explicam a razão de o potencial de violência pós-eleitoral ter sido maior na Moldávia do que na Romênia. Primeiro, o pedido bem-sucedido e o subsequente ingresso do país na União Europeia (UE) incentivaram os principais atores políticos a aceitar padrões democráticos compartilhados. Em 1993, o Conselho Europeu de Copenhague determinou que as nações candidatas a membro da UE precisavam ter alcançado “estabilidade das instituições que garantem a democracia, Estado de Direito, direitos humanos e proteção das minorias e respeito a elas”. Como uma maioria esmagadora de romenos era favorável à filiação à UE, seguiu-se um número significativo de reformas. Essas reformas restringiram de modo relevante a capacidade dos ex-comunistas distorcerem as regras em seu favor e ajudaram a explicar a razão pela qual eles concordaram em passar o poder de forma pacífica após sua derrota eleitoral em 1996.

Embora a Moldávia tenha aumentado sua colaboração

com a União Europeia desde 2005, o compromisso formal do governo com reformas política, econômica e institucional ainda não produziu resultados reais significativos. Conquanto as reformas sejam provavelmente aceleradas sob o novo governo, a nação ainda enfrenta a oposição russa a uma maior integração com o Ocidente. Além disso, as instituições da sociedade civil, em grande medida, são menos arraigadas que na Romênia, em parte porque a Moldávia passou por um processo de emigração muito mais amplo na última década.

Segundo, uma combinação de pressões internacionais e da sociedade civil do país produziu uma reforma gradual, porém significativa, do antigo Partido Social-Democrata (PSD) romeno, ao passo que os comunistas moldávios são, tanto retórica quanto politicamente, mais ligados ao passado soviético. A consequente falta de reformas aprofundou as diferenças partidárias entre os comunistas e a oposição anticomunista e estreitou o escopo de possíveis alianças políticas e acordos muito mais do que na Romênia.

Por fim, o desenvolvimento de uma mídia de massa independente começou muito mais cedo na Romênia do que na Moldávia, em razão da maior variedade de fontes de mídia privada e do menor controle do governo sobre a mídia pública nesse país. Em consequência, a disseminação da informação política foi mais equilibrada na Romênia. Isso, por sua vez, reduz o potencial para manipulação da informação como meio de incentivar conflitos.

NOVAS FERRAMENTAS

Olhando para o futuro, as modernas tecnologias de comunicação podem conter a chave para fortalecer a sociedade civil das duas nações. Twitter, Facebook e SMS (serviço de mensagens curtas) ajudaram os manifestantes moldávios a se mobilizar em um espaço de tempo extremamente curto durante as eleições parlamentares de 2009. Os meios de comunicação ocidentais até mesmo apelidaram os eventos na Moldávia de a “Revolução do Twitter”. De modo semelhante, na Romênia, a mídia social parece ter influenciado o comparecimento eleitoral de eleitores da diáspora, que apoiaram de forma esmagadora o presidente Traian Basescu e acabaram decidindo a eleição.

Embora o futuro dessas novas ferramentas continue incerto, sua importância para os grupos da sociedade civil provavelmente vai aumentar. As consequências para eleições democráticas e para que haja a liberdade de expressão que elas exigem poderão comprovar que essas ferramentas são uma parte importante da história da democracia no século 21. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.



© John McConnico/AP Images

“Sem Fraude”: manifestante moldávia em frente à sede do comitê eleitoral em Chisinau antes das eleições parlamentares de julho de 2009

“Outono Sérvio” Atrasado: Uma Lição na Construção Violenta da Democracia

Zoran Cirjakovic



© AP Images/Darko Vojinovic

Março de 2001: cartazes pedem a prisão do ex-presidente iugoslavo Slobodan Milosevic. Eles o retratam atrás das grades com a pergunta “Quando?”

Zoran Cirjakovic leciona Jornalismo na Faculdade de Mídia e Comunicações em Belgrado, na Sérvia. Escreve para a Newsweek e o Los Angeles Times desde a transição da ex-Iugoslávia para a democracia.

As realidades políticas diferem em cada nação. Aqui, um observador in loco do “Outono Sérvio”, que derrubou o autocrata Slobodan Milosevic, atribuiu o ganho da democracia principalmente à política de sangue frio e não às organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições da sociedade civil.

O outono geralmente é uma época do ano que traz riscos para os líderes sérvios. Prestes a enfrentar o inverno balcânico extremamente gelado e frustrados por privações pessoais e econômicas, os sérvios tendem a buscar mudanças. Nos últimos dias de setembro de 1987, Slobodan Milosevic derrubou seu velho mentor Ivan Stambolic e mudou o curso da história dos Balcãs. Ciente do crescimento das frustrações no outono e das esperanças na primavera durante seu governo de uma década, Milosevic costumava realizar as eleições durante o inverno, quando o frio severo poderia esvaziar os ataques da oposição. Milosevic acabou perdendo uma eleição, mas não devido ao trabalho de organizações não governamentais financiadas pelo Ocidente ou sindicatos

independentes, que desempenhavam papéis marginais. Em vez disso, a grande nêmesis de Milosevic foi uma coalizão improvável de políticos sazonais e um movimento estudantil de base.

Foi uma grande surpresa quando Milosevic marcou as eleições para 24 de setembro de 2000 — no outono, e não no inverno. O resultado não favoreceu Milosevic. Milosevic procurou manipular os resultados das eleições tentando coagir a comissão eleitoral e a Suprema Corte sérvias a convocar um segundo turno em vez de declarar Vojislav Kostunica o novo presidente após o primeiro turno. Suas tentativas de alterar esses resultados levaram a uma série de greves e protestos em massa em toda a Sérvia, mesmo em lugares considerados baluartes de Milosevic. Na maioria das grandes cidades, as principais ruas foram bloqueadas, o lixo não foi coletado durante dias e os partidários da oposição organizaram passeatas diárias de protesto. Os distúrbios paralisaram a maior parte do país e culminaram no que é geralmente chamado de “A Derrubada de 5 de Outubro” ou simplesmente “A Revolução”. Duas lições resultaram desses eventos. Uma delas é que as eleições, mesmo quando não são livres nem justas, podem ser perigosas para os autocratas. A outra é que as organizações “estabelecidas” da sociedade civil não são sempre as melhores catalisadoras para derrubar um governo autocrata.

Ao contrário, o improvável ator principal no estranho elenco de personagens e grupos que garantiu a tão esperada mudança foi Kostunica, o homem que derrotou Milosevic nas urnas em setembro. Fortemente nacionalista como Milosevic, ele agradou aos eleitores sérvios desgostosos com os fracassos de Milosevic. Kostunica não adotou valores e ideias ocidentais. O inexpressivo Kostunica, de fala mansa, atraiu pouca atenção da máquina de propaganda viciosa de Milosevic.

Em vez disso, os esforços do presidente candidato à reeleição dirigiram-se contra Zoran Djindjic, o mais terrível oponente do regime e rival de Kostunica, que se tornou um relutante parceiro. A mídia controlada pelo Estado tanto demonizou Djindjic que ele não teve nenhuma chance nas urnas. Djindjic não era impiedoso nem irresponsável. Era corajoso, maquiavélico, possivelmente pragmático ao extremo e sempre disposto a aparar arestas e firmar acordos. Essas características tornaram-no indispensável durante aqueles dias de outono, quando o futuro da Sérvia oscilava na balança.

Instrumental para o sucesso da revolução foi o Otpor, movimento estudantil de base que de um dia para o outro se tornou adversário de Milosevic. O Otpor se beneficiou do alerta do coronel reformado do Exército dos EUA Robert Helvey e das generosas doações do Fundo Nacional para a Democracia, com sede em Washington. O Otpor não era uma ONG típica, mas um movimento estudantil em rápido crescimento com uma liderança coletiva, altamente descentralizada, que o tornou mais eficaz do que a típica ONG sérvia, financiada pelo Ocidente. Igualmente importantes, infinitamente mais surpreendentes — e menos financiados — eram os mineiros de carvão de Lazarevac, pequena cidade ao sul de Belgrado. Antes leais ao regime, sua greve foi o primeiro sinal de que o governo de Milosevic não sobreviveria às eleições, com resultados adulterados ou não.

Percebi que Milosevic estava “acabado” em 5 de outubro, quando os manifestantes reuniram-se logo cedo em Belgrado. Vi grupos de fãs de futebol se juntarem à multidão na enorme praça em frente ao parlamento iugoslavo. Milosevic havia habilmente canalizado a energia e o zelo destrutivos desses “*hooligans* do futebol” em unidades paramilitares por quase uma década. Agora, esses grupos finalmente voltavam-se contra ele. Os fãs mais ardorosos foram os que furaram as linhas da polícia e viraram a maré durante a breve erupção de violência que viu o parlamento e a televisão estatal ardendo em chamas.

O fim violento do governo decididamente violento de Milosevic é um testemunho sério do fracasso da sociedade civil e das deficiências, pelo menos no contexto sérvio, da tentativa de construir democracia canalizando a ajuda por meio de ONGs. Ao contrário, muitos cidadãos tornaram-se mais desconfiados dessas organizações cujo apoio para a reforma tem sido muito frequentemente tépido ou contraprodutivo. Até hoje, muitas ONGs sérvias são administradas por um único líder, mais ocupado em garantir e conservar o patrocínio ocidental do que em tratar de realidades políticas complicadas e geralmente desagradáveis em uma terra onde o progresso às vezes depende de barganhas políticas desagradáveis. Sem os compromissos “violentos” e alianças vis, estaríamos ainda esperando pelo “Outono Sérvio”. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Recursos Adicionais

Livros, artigos, sites e filmes sobre a transição pacífica do poder

Livros e artigos

Burke, John P. *Presidential Transitions: From Politics to Practice [Transições Presidenciais: Da Política à Prática]*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000.

Campbell, Kurt M. *Difficult Transitions: Foreign Policy Troubles at the Outset of Presidential Power [Transições Difíceis: Problemas de Política Externa no Início de uma Presidência]*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2008.

Clinton, W. David e Daniel G. Lang, orgs. *What Makes a Successful Transition? [O que Torna uma Transição Bem-Sucedida?]*. Charlottesville, Virgínia: Centro Miller de Diplomacia Pública, Universidade de Virgínia, 1993.

Corcoran, Paul E. “Presidential Concession Speeches: The Rhetoric of Defeat” [“Discursos de Reconhecimento da Derrota de Candidatos à Presidência: A Retórica do Fracasso”]. *Political Communication*, vol. 11, no. 2 (abril-junho de 1994): pp. 109-131.

Goodwin, Doris Kearns. “The Man Who Lost What He Loved” [“O Homem que Perdeu o que Amava”]. *McCall's*, vol. 120, no. 5 (fevereiro de 1993): p. 102.

Halchin, L. Elaine. *Presidential Transitions: Issues Involving Outgoing and Incoming Administrations [Transições Presidenciais: Questões Envolvendo o Governo que Sai e o que Entra]*. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso, 2008.
<http://www.fas.org/sgp/crs/misc/RL34722.pdf>

Horwitz, Paul. “Honor’s Constitutional Moment: The Oath and Presidential Transitions” [“Momento Constitucional da Condecoração: O Juramento e as Transições Presidenciais”]. *Northwestern University Law Review*, vol. 103, no. 2 (2009): pp. 1067-1081
<http://www.law.northwestern.edu/lawreview/colloquy/2008/47/LRColl2008n47Horwitz.pdf>

Huntington, Samuel P. “How Countries Democratize”

[“Como os Países se Democratizam”]. *Political Science Quarterly*, vol. 124, no.1 (2º trimestre de 2009): pp. 31-71.

Jones, Charles O., org. *Preparing to Be President: The Memos of Richard E. Neustadt [Preparando-se para Assumir a Presidência: Os Memorandos de Richard E. Neustadt]*. Washington, DC: AEI Press, 2000.

Kubba, Laith. “Institutions Make the Difference” [“As Instituições Fazem a Diferença”]. *Journal of Democracy*, vol. 19, no. 3, (junho de 2008): pp. 37-43.

Kumar, Martha Joynt e Terry Sullivan, orgs. *The White House World: Transitions, Organization and Office Operations [O Mundo da Casa Branca: Transições, Organização e Atividades de Escritório]*. College Station, TX: A and M University Press, 2003.

Larson, Edward J. *A Magnificent Catastrophe: The Tumultuous Election of 1800, America’s First Presidential Campaign [Uma Catástrofe Extraordinária: A Eleição Tumultuada de 1800, a Primeira Campanha Presidencial dos Estados Unidos]*. Nova York, Nova York: Simon and Schuster, 2007.

Linz, Juan J. e Alfred Stepan. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe [Problemas de Transição e Consolidação Democrática: Sul da Europa, América do Sul e Europa Pós-Comunista]*. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1996.

Pfiffner, James P. *The Strategic Presidency: Hitting the Ground Running [Estratégia Presidencial: Começar a Todo Vapor]*. Lawrence, Kansas: University of Kansas Press, 1996.

Sirianni, Carmen. *Investing in Democracy: Engaging Citizens in Collaborative Governance [Investimento na Democracia: Engajar Cidadãos na Governança Colaborativa]*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2009.

Congresso dos Estados Unidos Comissão da Câmara para Supervisão e Reforma do Governo. Subcomissão sobre Gestão, Organização e Compras Governamentais. *Passing the Baton: Preparing for the Presidential Transition: Hearing Before the Subcommittee on Government Management, Organization, and Procurement of the Committee on Oversight and Government Reform [Passando o Bastão: Preparação para a Transição Presidencial: Audiência na Subcomissão sobre Gestão, Organização e Compras Governamentais da Comissão de Supervisão e Reforma do Governo]*, 2ª Sessão do 110º Congresso, 24 de setembro de 2008. Washington, DC: Escritório de Impressão do Governo dos EUA, 2009.

Sites

Instituto Brookings: Governança

<http://www.brookings.edu/governance.aspx>

Cobertura em Profundidade:

Transição de Obama para o Poder

http://www.pbs.org/newshour/indepth_coverage/white_house/transition2008/

Transição Presidencial

<http://www.govexec.com/specialreports/transition.htm>

Transição: Campanha Presidencial de 2008

<http://www.gwu.edu/~action/2008/chrntran08.html>

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em janeiro de 2010.

agora no facebook



ENGAJANDO O MUNDO



REVISTA MENSAL OFERECIDA
EM DIVERSOS IDIOMAS

<http://america.gov/publications/ejournalusa.html>

Departamento de Estado dos EUA, Bureau de Programas de Informações Internacionais